



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nºs 63/2010 e 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Unidade: Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal (Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF) – UJ 200338

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2014**

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	4
LISTA DE TABELAS, FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES.....	5
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
1.1 IDENTIFICAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	7
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO.....	9
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	12
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	15
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	16
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	17
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	17
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	18
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÃO	20
2.4 INFORMAÇÕES S/ OUTROS RESULT. DA GESTÃO/ IND. INST. DE DESEMP. DE GESTÃO.....	20
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	23
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	23
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	23
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	25
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORT. Nº 1.043/2007 DA CGU.....	26
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	26
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	27
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	35
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.	35
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRAT. DE ESTAGIÁRIOS.....	40
6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO.....	42
6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS OU LOCADOS DE TERCEIROS.....	42
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PRÓPRIO OU LOCADOS DE TERCEIROS.....	43
7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	43
7.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	43
8 GESTÃO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	44
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.	44
8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.	44
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	46
9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU.....	46
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	49
9.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	49
9.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	50
9.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	50
10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	51
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	51
11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRIT. E PROC. ESTAB. P/ NORMAS BRASILEIRAS DE CONTAB. APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	51
11.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO CONF. DAS DEMONST. CONTÁBEIS.....	53
12 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	54
12.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	54

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União
CRH – Coordenao de Recursos Humanos
DG – Direo Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DPF – Departamento de Polícia Federal
DLOG – Diretoria de Administrao e Logística Polcial
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DN – Decisão Normativa
IN – Instruo Normativa
IPL – Inquérito Polcial
LOA – Lei Orçamentária Anua
MBA – Mandado de Busca e Apreensão
MRE – Ministro das Relaoes Exteriores
N/A – Não se aplica
PAC – Programa de Acelerao do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
PR – Presidente da República
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SELOG – Setor de Administrao e Logística Polcial
SR/DPF/DF - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal
RG – Relatório de Gestão
SELOG – Setor de Administrao e Logística Polcial
SETEC - Setor Técnico-Científico
SIASG – Sistema Integrado de Administrao de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administrao Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administrao de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informaoes Gerenciais e de Planejamento
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
VPR – Vice – Presidente da República

LISTA DE TABELAS, FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

QUADRO 01 - A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ	6
FIGURA 01 – ORGANOGRAMA SR/DPF/DF.....	10
FIGURA 02 – CIRCUNSCRIÇÃO SR/DPF/DF.....	11
FIGURA 03 – PORTFÓLIO ESTRATÉGICO.....	21
QUADRO 02 - A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	23
QUADRO 03 – ESTATÍSTICA COR/SR/DPF/DF.....	25
QUADRO 04 – ESTATÍSTICA NUDIS/SR/DPF/DF.....	26
QUADRO 05 – ESTATÍSTICA NUCOR/SR/DPF/DF.....	26
FIGURA 04 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.....	27
QUADRO 06 – INVESTIMENTOS SR/DPF/DF.....	29
QUADRO 07 - A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	30
QUADRO 08 - A.4.1.3.5 – DESPESAS P/ MOD. DE CONTRATAÇÃO– CRÉD. DE MOVIMENTAÇÃO.....	31
QUADRO 09 - A.4.1.3.6 – DESPESAS P/ GRUPO E ELEM. DE DESPESA – CRÉD. DE MOVIMENTAÇÃO...	32
QUADRO 10 - A.4.3 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	33
QUADRO 11 - A.4.5.1 – DESPESAS REAL. POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	33
QUADRO 12 - A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORP. POR UG E POR PORTADOR.....	34
QUADRO 13 -A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	35
QUADRO 14 - A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	36
QUADRO 15 - A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUT. CARGOS EM COMIS./FUNÇÕES GRATIF.....	36
QUADRO 16 - A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERV. DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	37
QUADRO 17 - A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO.....	38
QUADRO 18 - A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS.....	39
QUADRO 19 - A.5.2.3 - CONTRATOS DE PREST. DE SERV. DE LIMP. HIGIENE/ VIGILÂNCIA OST.....	40
QUADRO 20 - A.5.2.4 - CONTRATOS DE PREST. SERV. COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	41
QUADRO 21 - A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	41
QUADRO 22 - A.6.2.1 – DISTRIB.ESPACIAL BENS IMÓVEIS DE USO ESP. DE PROP. DA UNIÃO.....	43
QUADRO 23 - A.6.2.2 – DISCRIM. DOS BENS IMÓVEIS DE PROP. DA UNIÃO SOB RESP. DA UJ.....	43
QUADRO 24 - A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	44
QUADRO 25 - A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	46
QUADRO 26 - A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO....	46
QUADRO 27 - A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	50
QUADRO 28 - A.9.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUAL. DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	51
QUADRO 29 - A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇ. FIN. E PAT. DA UJ.....	53
QUADRO 30- RESUMO PRODUTIVIDADE DRCOR.....	54
QUADRO 31- OPERAÇÕES DRCOR 2013.....	54
QUADRO 32- ESTATÍSTICAS DRE 2013.....	54
QUADRO 33- ESTATÍSTICAS DRE - INCINERAÇÃO.....	55
QUADRO 34- MATERIAL EM DEPÓSITO.....	55
QUADRO 35- ESTATÍSTICA DELEFIN 2013.....	56
QUADRO 36- ESTATÍSTICA NUCART 2013.....	56
QUADRO 37- ESTATÍSTICA DELEMAPH 2013.....	57
QUADRO 38 - ESTATÍSTICAS DELEAQ/DREX/SR/DPF/DF – 2013.....	58
QUADRO 39 - ESTATÍSTICAS DELEMIG/DREX/SR/DPF/DF - 2013.....	59
QUADRO 40 - ESTATÍSTICAS DELESP/DREX/SR/DPF/DF 2013.....	60
QUADRO 41 - ESTATÍSTICAS E TIPOS DE LAUDOS SETEC/SR/DPF/DF 2012/2013.....	64
QUADRO 42 - ESTATÍSTICAS NIP 2013.....	65
QUADRO 43 - AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS NA UNIDADE EM 2013.....	68

1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA
1.1- IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
1.1.1 - Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO 01 - A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal			
Denominação Abreviada: Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF			
Código SIORG: 001137	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200338
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0024-22	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2024-7535	(61) 2024-7506	(61) 2024-7798
Endereço Eletrônico: gab.srdf@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: SAIS Quadra 07 Lote 23 – Setor Policial Sul – Brasília-DF – CEP. 70.610-902			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none"> - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Criação: Portaria nº 1.389 do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal de 23 de outubro de 1970 – Criada como Subdelegacia Regional no Distrito Federal, iniciando seu funcionamento em 16 de novembro de 1970, e implantada como Superintendência Regional/DF, em 19 de junho de 1972. - FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 2877-MJ, de 30 de dezembro de 2011, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005, Alterada pela Instrução Normativa nº 17-DG/DPF, de 08.12.2008 e Instrução Normativa nº 39-DG/DPF, de 05.10.2010. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none"> - Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL); Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio); Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP); Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal); Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros); Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada); Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social); Lei 9.017/1995 (Segurança Privada); Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas); Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos); Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual); Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República); Lei nº 10.826/2003 (SINARM); Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP); Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP); Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte); Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ); 			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			

Código SIAFI	Nome
200338	Superintendência Regional no Distrito Federal – Órgão DPF, código 30108
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200338	00001

Este relatório trata do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial desta Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal. Assim, formou-se este relatório de gestão, o qual se sustenta, principalmente, pelas as Instruções Normativas TCU n°s 63/2010 e 72/2013, da Decisão Normativa TCU n° 132/2013 e da Portaria TCU n° 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR n° 133/2013). O conteúdo geral deste relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados nos anexos da supracitada DN, quais sejam: identificação e atributos da unidade; planejamento estratégico, plano de metas e de ações; estruturas de governança e de autocontrole da gestão; programa e execução da defesa orçamentária e financeira; tópicos especiais da execução orçamentária e financeira; gestão de pessoas, terceirização de mão-de-obra e custos relacionados; gestão de patrimônio mobiliário e imobiliário; gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento; gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental; conformidades e tratamento de disposições legais e normativas; informações contábeis; e outras informações sobre a gestão.

Informo que alguns itens da Portaria TCU n. 175/2013 não foram apresentados por não se aplicarem a esta Unidade Jurisdicional, ou por não terem tido ocorrência no exercício ora analisado, ou ainda por serem dados disponibilizados por nosso órgão central.

As informações que não foram disponibilizadas neste relatório de gestão por terem sido consideradas sigilosas por nosso órgão central, conforme Instrução Normativa n° 69 de 14/12/2012, publicada em Boletim de Serviço 242/2012, estarão à disposição dos órgãos de controle mediante solicitação.

1.2 - FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei n° 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, caso da Superintendência Regional no Distrito Federal.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de

fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

A legislação infraconstitucional, ainda, prevê à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Com efeito, ressalte-se que a atuação desta Unidade Jurisdicionada está alinhada ao atendimento da MISSÃO do Departamento de Polícia Federal que é: “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Todo o trabalho é realizado para que seja possível, dentro dos prazos previstos, atingir o objetivo de gestão, resumido na VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

As atribuições gerais da Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal são as mesmas previstas para o Departamento de Polícia Federal estando previstas em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 2877-MJ, de 30 de dezembro de 2011, sendo o Departamento de Polícia Federal - DPF, órgão permanente, específico singular, organizado e mantido pela União, e estruturado em carreira, com autonomia orçamentária, administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade exercer, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e, especificamente:

- apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, bem assim outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
 - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
 - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
 - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;
 - coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens e dos prédios da União e das entidades integrantes da administração pública federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados; e
 - acompanhar e instaurar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem assim prevenir e reprimir esses crimes.
- Especificamente cabe ao Superintendente Regional do Distrito Federal, no âmbito da área de atuação de cada Superintendência, incumbir:
- promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal;
 - cumprir e fazer cumprir ordens do Diretor-Geral e as normas e diretrizes emanadas das

unidades centrais;

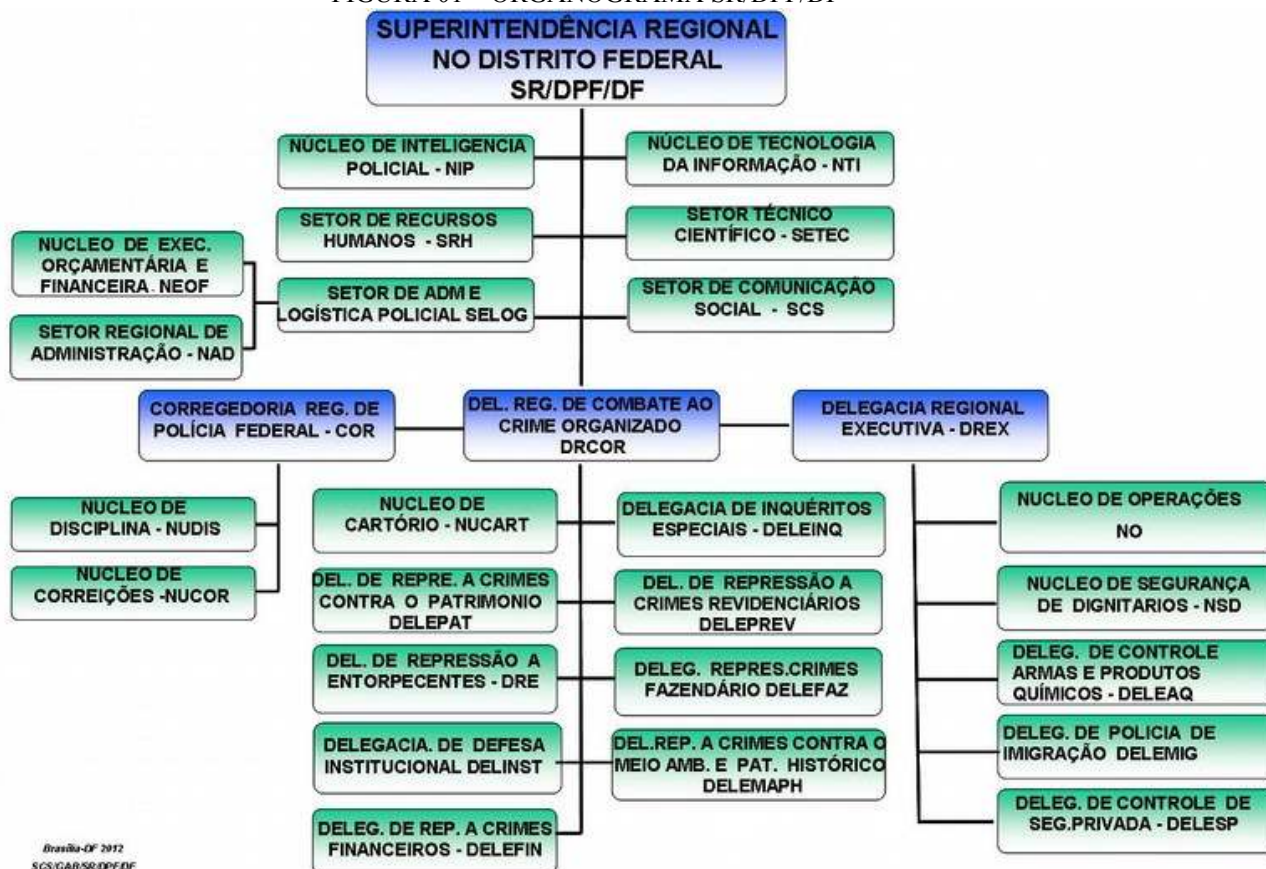
- aprovar programas, projetos, planos de trabalho e de metas, com vistas ao cumprimento de seus objetivos e das metas setoriais;
- propor e promover a execução de planos de operações conjuntas com outras unidades ou outros órgãos governamentais de segurança ou fiscalização, com a participação de pessoal lotado em suas unidades, e integrar missões policiais especiais;
- expedir portarias, ordens e instruções de serviço regulamentadoras das normas emanadas das unidades centrais;
- indicar servidores ao Diretor-Geral para o provimento de cargos de direção, assessoramento superior e de funções gratificadas, no âmbito da Superintendência, bem assim propor sua exoneração e dispensa;
- instaurar, arquivar, determinar a instauração e outras providências relativas à apuração de notícia ou de representação em razão de supostas infrações praticadas por servidores no âmbito da Superintendência Regional, sem prejuízo da atribuição dos chefes de delegacias descentralizadas;
- decidir os procedimentos administrativos disciplinares instaurados na Superintendência Regional, quando a pena for de advertência, repreensão ou suspensão de até 30 (trinta) dias, exceto os processos de cunho acusatório se pelo menos um dos acusados estiver lotado em outra Superintendência;
- propor ao Diretor-Geral a instauração ou arquivamento de processos administrativos disciplinares e as penalidades cuja aplicação está prevista no âmbito de sua atribuição e as que devam ser decididas em instância superior;
- submeter à decisão do Diretor-Geral os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial ou arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares;
- avocar, para decisão ou revisão, assuntos de natureza policial ou administrativa, sem prejuízo das atribuições previstas aos demais dirigentes, no âmbito de suas unidades;
- dar posse aos servidores ocupantes de cargos efetivos, aos titulares de funções gratificadas e de cargos em comissão;
- designar os membros integrantes das Comissões de Disciplina;
- decidir os recursos interpostos contra decisões administrativas no âmbito da Superintendência;
- autorizar o emprego dos recursos financeiros destinados às suas respectivas unidades;
- cooperar com as unidades centrais e coordenar meios e esforços para obter maior agilidade e efetividade das ações, com vistas à solução de problemas e à consecução de objetivos em comum fixados pela Polícia Federal;
- dispor de um fluxo de informações ágil e efetivo, a fim de propiciar aos níveis decisórios centrais dados atualizados e confiáveis sobre o andamento das operações policiais;
- conceder porte federal de arma;
- promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, e consolidar indicadores para auxiliar as Diretorias na elaboração de seus relatórios de avaliação e desempenho, com vistas a subsidiar a tomada de decisões do Diretor-Geral e demais níveis decisórios centrais; e
- receber notificações oriundas do Poder Judiciário e prestar informações correlatas à sua área de atuação.

1.3 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal está estruturada em doze (12) Delegacias Especializadas, Setores e Núcleos, conforme organograma funcional

apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 2877-MJ, de 30 de dezembro de 2011, que para a SR/DPF/DF é o seguinte:

FIGURA 01 – ORGANOGRAMA SR/DPF/DF



I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL - SR/DPF/DF:

- A) NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP;
- B) NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI;
- C) SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH;
- D) SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC;
- E) SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG:
 1. NÚCLEO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - NEOF; E
 2. NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD;
- F) SETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SCS;
- G) DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX:
 1. NÚCLEO DE OPERAÇÕES - NO;
 2. NÚCLEO DE SEGURANÇA DE DIGNITÁRIO - NSD;
 3. DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG;
 4. DELEGACIA DE CONTROLE DE ARMAS E PRODUTOS QUÍMICOS - DELEAQ; E
 5. DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA - DELESP;
- H) DELEGACIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - DRCOR:
 1. NÚCLEO DE CARTÓRIO - NUCART;
 2. DELEGACIA DE INQUÉRITOS ESPECIAIS - DELEINQUE;
 3. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E AO TRÁFICO DE ARMAS - DELEPAT;
 4. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES PREVIDENCIÁRIOS - DELEPREV;
 5. DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS - DRE;
 6. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS - DELEFAZ;
 7. DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL - DELINST;
 8. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO-AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO - DELEMAPH; E
 9. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS E DESVIOS DE REC. PÚBLICOS - DELEFIN;
- I) CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR:

1. NÚCLEO DE DISCIPLINA - NUDIS; E
2. NÚCLEO DE CORREIÇÕES - NUCOR.

1.3.1 – Área Geográfica de Atuação

- Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no DF – SR/DPF/DF

- CIRCUNSCRIÇÃO: 33 municípios

- SEDE: BRASÍLIA

Água Fria de Goiás/GO, Águas Lindas de Goiás/GO, Alto Paraíso de Goiás/GO, Alvorada do Norte/GO, Buritinópolis/GO, Cabeceiras/GO, Campos Belos/GO, Cavalcante/GO, Cidade Ocidental/GO, Colinas do Sul/GO, Cristalina/GO, Damianópolis/GO, Divinópolis de Goiás/GO, Flores de Goiás/GO, Formosa/GO, Guarani de Goiás/GO, Iaciara/GO, Luziânia/GO, Mambai/GO, Mimoso de Goiás/GO, Monte Alegre de Goiás/GO, Nova Roma/GO, Novo Gama/GO, Padre Bernardo/GO, Planaltina/GO, Posse/GO, São Domingos/GO, São João d'Aliança/GO, Simolândia/GO, Sítio d'Abadia/GO, Teresina de Goiás/GO, Valparaíso de Goiás/GO, Vila Boa/GO e Brasília-DF

FIGURA 02 – CIRCUNSCRIÇÃO SR/DPF/DF



1.4 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos de apoio foram conduzidos em fiel acordo os princípios Constitucionais e legais, além das diretrizes e emanadas pelos Órgãos Centrais, mesmo dentro da crescente limitação de recursos humanos, primando eficiência na condução dos processos.

Alguns resultados dos macroprocessos finalísticos serão demonstrados no item 12 – *OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO*.

1.4.1 - Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS¹	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
<i>Comunicação Institucional</i>	<i>Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.</i>
<i>Cooperação Internacional</i>	<i>Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas</i>
<i>Correição e Controles Internos</i>	<i>Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,</i>
<i>Gestão de Parcerias e Convênios</i>	<i>Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.</i>
<i>Gestão de Tecnologia da Informação</i>	<i>Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.</i>
<i>Gestão do Conhecimento</i>	<i>Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo</i>
<i>Gestão Organizacional e Estratégica</i>	<i>Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.</i>

¹ Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

1.4.2 - Núcleo de Inteligência Policial - NIP

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
<i>Inteligência Policial</i>	<i>Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional</i>

1.4.3 - Corregedoria Regional da Polícia Federal - COR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
<i>Correição e Controles Internos</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária</i>

1.4.4 - Delegacia Regional Executiva – DREX

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
<i>Controle da Segurança Privada</i>	<i>Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido;</i>

	<i>controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos</i>
<i>Controle de Armas de Fogo</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.</i>
<i>Controle Migratório</i>	<i>Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.</i>
<i>Controle de Precursores Químicos</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.</i>
<i>Identificação Civil</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.</i>
<i>Segurança de Pessoas</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.</i>
<i>Segurança de Portos e Aeroportos</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.</i>
<i>Suporte Operacional</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição.</i>
<i>Proteção à Vida e aos Direitos Humanos</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.</i>

1.4.5 - Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
---	--------------------------------------

<i>Investigação Criminal</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.</i>
<i>Identificação criminal</i>	<i>Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.</i>

1.4.6 - Setor Técnico Científico - SETEC

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
<i>Criminalística</i>	<i>Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.</i>

1.5 - MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio foram conduzidos em fiel acordo os princípios constitucionais e legais, além das diretrizes e emanadas pelos Órgãos Centrais, primando por medidas de controles, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões, mesmo com a crescente carência de recursos humanos, considerando que não houve provimento ordinário de cargos nesta SR/DPF/DF no exercício de 2013, em especial para a área de apoio/meio.

Alguns resultados dos macroprocessos de apoio serão demonstrados no item 12 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.

1.5.1 - Setor de Recursos Humanos - SRH

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
<i>Gestão de Pessoas</i>	<i>Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.</i>

1.5.2 - Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
<i>Gestão de Tecnologia da Informação</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.</i>

1.5.3 - Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
<i>Gestão de Obras e Edificações</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.</i>
<i>Logística</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.</i>
<i>Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.</i>

1.6 - PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros públicos que mantem vínculo formal com esta SR/DPF/DF são:

- **GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF - Secretaria de Justiça e Cidadania**, Acordo de Cooperação Técnica, visando o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes com vistas a desenvolver ações destinadas à implantação e operacionalização de prestação de serviços da Polícia Federal, relativos à emissão de passaporte, nas unidades Rodoviária e Taguatinga do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, tendo como finalidade prestar atendimento de alto padrão de qualidade, eficiência e rapidez, facilitando o acesso do cidadão aos serviços públicos, simplificando as obrigações de natureza burocrática, ampliando os canais de comunicação entre o Estado e o cidadão.

- **GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF - Secretaria de Segurança Pública**, Termo de Cooperação Técnica, visando o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes com vistas à efetivação de serviços de guarda e custódia de presos provisórios federais na ala especial-FUNAPE localizado na CDP, na cidade São Sebastião -DF.
- **Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN**, Acordo de Cooperação, visando à operacionalização das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de presos provisórios federais e extraditados em área localizada nas dependências do Centro de Detenção Provisória, PAPUDA.
- **Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO**, Termo de Concessão, visando à utilização, pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal, de áreas Aeroportuárias destinadas às atividades indispensáveis aos serviços de POLÍCIA FEDERAL, localizadas no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek compreendendo um total de 252,67 m².

Em atividades específicas de Polícia Judiciária e Operações Policiais há a participação e cooperação de diversos entes públicos: Ministério Público Federal-MPF, Justiça Federal-JFDF, Secretaria da Receita Federal do Brasil-SRFB, Banco Central do Brasil-BC, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-IBAMA/ICMBio, Polícia Rodoviária Federal/PRF, Ministério da Fazenda-MF/COAF, Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, entre outros.

2 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

A avaliação, aplicabilidade e resultados do Plano Plurianual não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada, visto que os programas constantes no PPA não são de responsabilidade e, tampouco, gerenciados por esta Unidade.

O Quadro A.2.2.1 - Programa Temático, ficará a cargo do órgão superior (Ministério da Justiça).

Os Quadros A.2.2.2 – Objetivo, A.2.2.3.1 – Ação-OFSS, A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - OFSS, A.2.2.3.3 e A.2.2.3.4 não se aplicam a esta UJ.

2.1 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE

O Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, estão previstos na PORTARIA nº 1735/2010-DG/DPF, de 03 de novembro de 2010, que fez a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica; à necessidade de direcionar as Ações Estratégicas ao alcance dos Objetivos Institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade de seus projetos e processos e no esforço conjunto de se praticar uma gestão moderna, dinâmica e participativa, de forma que a sociedade, o governo e o público interno possam obter os melhores resultados das ações definidas, vigente no período de 2010 a 2022, sendo geridos e mantidos pelas Unidades Centrais (Diretorias e Coordenações) deste DPF, sendo:

- **Plano Estratégico**, composto por:
 - I - Histórico;
 - II - Negócio;
 - III - Missão;
 - IV - Visão;
 - V - Valores;
 - VI - Fatores Críticos de Sucesso;
 - VII - Políticas Corporativas;

VIII - Macro Objetivos;
IX - Objetivos Institucionais; e
X - Ações Estratégicas.

- **Portfólio Estratégico**, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:
 - I - Objetivos Institucionais; e
 - II - Ações Estratégicas.

- **Mapa Estratégico**, composto de:
 - I - Missão;
 - II - Visão;
 - III - Perspectivas;
 - IV - Macro Objetivos;
 - V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
 - VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:
 - I – Orçamento e Finanças;
 - II – Aprendizado e Crescimento;
 - III – Processos Internos; e
 - IV – Clientes e Resultados.

2.2 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes e suas ações, previstos no planejamento estratégico:

- a) **Fortalecer a cultura de gestão estratégica**
Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
- b) **Valorizar o Servidor**
Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.
- c) **Reduzir a Criminalidade**
Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.
- d) **Promover a Cidadania**
Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.
- e) **Incrementar os Acordos e Parcerias**
Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.
- f) **Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**
Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.
- g) **Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**

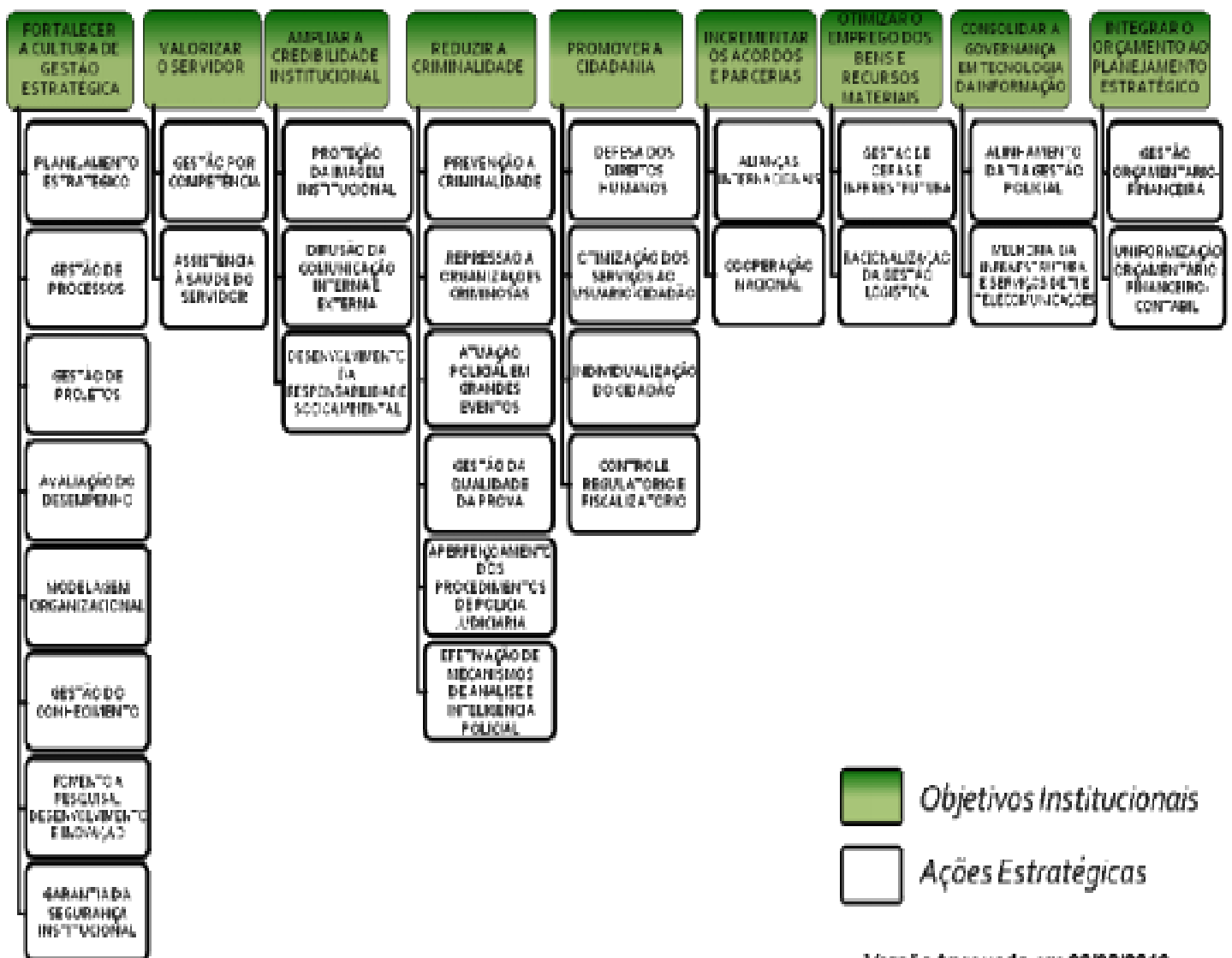
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

Cada objetivo institucional possui diversas ações para o seu alcance, Ações Estratégicas, que estão previstas de forma resumida no Portfólio Estratégico:

FIGURA 03 – PORTFÓLIO ESTRATÉGICO



Importante a assertiva de que o Departamento de Polícia Federal na definição de seu planejamento estratégico efetua a análise de cenários prospectivos, decorrentes de sua atuação. Pois o entendimento da instituição é que, no contexto da sua atuação em Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, demandando das

instituições que atuam nessa arena, o intenso desenvolvimento e a utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais, que forneçam confiança e conhecimento dos fatos, para o atingimento do objetivo maior que é proporcionar à população, seu cliente principal, a segurança necessária.

Tomando-se como esteio os objetivos estratégicos o órgão esta unidade jurisdicionada, atuou diariamente para o seu alcance. Assim atuamos fortemente na melhoria dos indicadores de desempenho da área judiciária, voltados especialmente para o saneamento e melhoria dos trabalhos de instrução de feitos criminais.

2.3 - EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÕES

A Instrução Normativa nº 021/2010-DG/DPF, de 21 de janeiro de 2010 instituiu nova regulamentação acerca do Plano de Metas Anual – PMA da PF, abrangendo as unidades centrais e descentralizadas, cuja finalidade é estabelecer a política de planejamento de curto prazo e suas diretrizes, subsidiar o processo orçamentário, estabelecer os objetivos e procedimentos para a sua consecução, integrando-o ao Planejamento Estratégico da PF. O PMA constitui-se em sistema de planejamento voltado ao estabelecimento dos objetivos e metas do Órgão, definição das unidades responsáveis pela sua execução, dos meios necessários ao seu alcance, hierarquização de prioridades, bem como da estimativa dos custos, do prazo de execução e do controle de resultados. Cada unidade gestora e/ou administrativa elaborará seu PMA que será consolidado nos níveis setorial (unidade gestora) e encaminhado à Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização – CPLAM/DLOG, para fins de análise e consolidação. Após, a consolidação realizada pela CPLAM o PMA será submetido à Direção-Geral para aprovação. Compete à unidade responsável pela elaboração do PMA observar as diretrizes emanadas da unidade central de planejamento, inclusive quanto aos prazos estabelecidos.

No exercício de 2013 a análise, consolidação, lançamento, execução e controle das metas e seus resultados ficaram a cargo da Unidade Central, em nível nacional, pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização – CPLAM/DLOG tendo o sido o PMA 2013 desta SR/DPF/DF entregue em 24.02.2012, conforme instruções da Mensagem Oficial Circular nº 005/2012, de 07.02.2012, da DLOG/DG/DPF, perfazendo 53(cinquenta e três) metas, as quais vêm sendo acompanhadas e cumpridas dentro das disponibilidades e ações necessárias à sua consecução.

2.4 – INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO/ INDICADORES INSTITUCIONAIS DE DESEMPENHO DE GESTÃO

2.4.1. Índice de Produtividade Operacional – I.P.O.

Todos os dados relativos ao IPO são emanados pela órgão central, especificamente a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado-DICOR e publicados em Boletim de Serviço deste DPF.

Define-se índice de produtividade como uma relação entre os resultados alcançados, frente aos recursos necessários a obtê-los em determinado processo.

O índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – de uma unidade é a média aritmética de indicadores de produtividade ponderados por dois pesos: o primeiro pertence ao grupo temático do indicador e o segundo relaciona-se a complexidade da atividade em relação ao outro grupo.

No cálculo o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – aplica-se a equação abaixo:

$$IPO = 100 \times \sum_{g=1}^n p_g \times \left(\sum_{v=1}^{ng} (p_{vg} \times IP_{vg}^g) \right)$$

Onde:

1. P_g é o peso do grupo temático g ;
2. p_{vg} é o peso da variável v do grupo temático g ;
3. ng é o número de variáveis no grupo temático g ; e
4. IP_{vg}^g é o valor do índice de produtividade do grupo temático g .

* Detalhes da construção da equação, vide memorando nº 096/2013-DICOR/DPF de 22.03.2012 e memorando circular nº 10/2013-DICOR/DPF de 29.04.2012.

Com escopo de uniformizar a reunião de dados para o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O, considera-se Operação Especial de Polícia Judiciária: “toda operação policial que encerre ou tenha possibilidade de encerrar uma ou mais das seguintes características: aplicação de conhecimentos especializados; aplicação de recursos ou meios técnicos especializados ou controlados; aplicação de recursos financeiros de natureza especial; mobilização de mais de 10 (dez) policiais durante a investigação, deflagração ou análise de material apreendido; ações conjuntas com outros órgãos; apoio logístico de mais de uma unidade da Polícia Federal ou órgão externo da Polícia Federal; ocorrência ou possibilidade de repercussão regional ou nacional em razão da importância dos alvos; magnitude das ações ou potencial lesivo da conduta dos indiciados; ações em mais de uma cidade; duração superior a trinta dias; implicação de quadrilha, bando ou organização criminosa ou necessidade de acompanhamento ou coordenação de parte da Unidade Central” artigo 10 da Portaria nº 709/08-DG/DPF, complementado pelo memorando circular nº 12/2013-DICOR/DPF de 03.06.2013.

2.4.1.1 – Valor do IPO 2013 e série histórica do IPO

O valor do IPO de uma unidade é a soma dos valores correspondentes índices individuais relativos às: Atividades Operacionais, Fatores Geográficos e Atividades Administrativas.

EXERCÍCIO =>	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ÍNDICE =>	1,947	2,798	2,071	1,309	1,671	2,434

2.4.1.2 - Variáveis e valores utilizados na construção do IPO agrupadas em grupos temáticos para o exercício de 2013.

Grupo temático/Variável

Atividades operacionais

Inquéritos relatados	1.357
Operações especiais de polícia judiciária	7
Prisão e mandado de condução coercitiva	58
Mandados de busca e apreensão	154
Prisão em flagrantes	93
Indiciamentos realizados	1.142
Quantidade de maconha apreendida	3.032,41
Quantidade de cocaína apreendida	312,97
Valor de bens apreendidos/sequestrados	n/d
Prejuízos evitados para a União	n/d
Perícias realizadas	2.819
Características Geográficas	
Área da unidade da federação	69.556
Quantidade de municípios	34
Quantidade de zonas eleitorais	40
Quantidade de unidades de conservação	28
Extensão de fronteiras	0
População Indígena	6.128
Área de reservas indígenas	0
Atividades Não Operacionais	
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)	10.440
Quantidade de passaportes emitidos	83.247
Quantidade de passageiros em aeroportos	4.414.137
Quantidade de vistorias em embarcações de cabotagem	0
Quantidade de vistorias em embarcações de longo curso	0
Estrangeiros domiciliados na circunscrição	14.865
Quantidade de agências bancárias	431
Quantidade de empresas de vigilantes	97
Quantidade de empresas de produtos químicos	105

Fonte: DICOR

3 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Precipuamente, conforme disposto no art. 74 da Constituição Federal e as disposições da Lei nº 10.180, de 06.02.2001, compete à Controladoria Geral da União, através da Secretaria Federal de Controle as atividades de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

No Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 2877-MJ, de 30 de dezembro de 2011, em seu art. 5º, § 1º, prevê a Assessoria de Controle Interno-ACI, para auxílio no desempenho de suas funções.

A Instrução Normativa nº 043/2010-DG/DPF, de 23.12.1974 autorizou a instituição da Unidade de Controle Interno no âmbito das Superintendências de Polícia Federal nos Estados, a qual compete sob demanda do Superintendente ou por detecção de necessidade:

I – acompanhar auditorias e o atendimento das demandas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União pela sua unidade, observando o cumprimento dos prazos;

II – analisar a legalidade, legitimidade e economicidade de atos administrativos;

III – assistir o Superintendente Regional nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, atuando como facilitador da relação entre sua unidade e os órgãos que compõem esses sistemas;

IV – auxiliar a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade das ações de sua unidade para o atingimento dos objetivos das políticas públicas traçadas para o DPF;

V – executar as atividades afetas à organização do Relatório de Gestão, consolidação do Plano de Metas e Relatório Anual de Atividades da Superintendência, bem como, quando necessário, elaboração dos Processos de Contas e da Tomada de Contas Especial;

VI – manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal concernentes ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os responsáveis pelo seu cumprimento;

VII – monitorar, registrar e repassar informações para elaboração do Balanço Geral da União à unidade competente;

VIII – executar as atividades necessárias à formulação dos Relatórios de Controle Interno por iniciativa própria ou quando demandados pelo Superintendente Regional; e

IX – outras atribuições pertinentes, conforme determinação do Superintendente.

A Unidade de Controle Interno da SR/DPF/DF foi instituída através da Portaria nº 2994/2012-DG/DPF, de 11.06.2012. Em apoio ao controle interno na Unidade é realizado o trabalho de conformidade contábil e de gestão, existem servidores responsáveis por este trabalho, em caráter de exclusividade, com monitoramento permanente das atividades financeiras e de gestão da Superintendência. As inconsistências encontradas são remetidas ao dirigente regional para subsidiar decisões e apurar eventuais responsabilidades.

3.2 - AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO 02 - A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	

6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
Análise Crítica: O sistema de controle desta SR/DPF/DF, contando com a existência dos conformistas contábil e de gestão e a Unidade de Controle Interno, ainda em fase de estruturação, tem contribuído sobremaneira ao aperfeiçoamento e aprimoramento dos processos de controle;				
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.				

Fonte: GAB/SR/DPF/DF

3.3 - SISTEMA DE CORREIÇÃO

O sistema correcional desta SR/DPF/DF está a cargo da Corregedoria Regional de Polícia Federal-COR/SR/DPF/DF, sendo sua base normativa principal as leis nº 4878/65 e 8112/90, além dos normativos e diretrizes emanadas pelo órgão central, Corregedoria-Geral de Polícia Federal-COGER/DG.

Como parte da estrutura da Corregedoria Regional de Polícia Federal-COR/SR/DPF/DF existem dois núcleos auxiliares: Núcleo de Disciplina-NUDIS e Núcleo de Correições-NUCOR.

No exercício de 2013 os órgãos correcionais tiveram as seguintes atuações:

a) CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL – COR/SR/DPF/DF

QUADRO 03 – ESTATÍSTICA COR/SR/DPF/DF

TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
POLÍCIA JUDICIÁRIA	Cartas precatórias Cumpridas	835
	Cartas precatórias a cumprir	556
	Noticias – crime com parecer favorável para instauração	1980
	Notícias-crime com parecer não favorável para instauração	1071
ADMINISTRATIVO	Ofícios	363
	Memorandos	167
	Despachos	875

Fonte: COR/SR/DPF/DF

b) NÚCLEO DE DISCIPLINA – NUDIS

QUADRO 04 – ESTATÍSTICA NUDIS/SR/DPF/DF

ATIVIDADES/TIPO	QUANTIDADE
Processos Administrativos Instaurados	08
Processos Administrativos Reabertos	02
PEAS instaurados	02
Investigações Prévias Instauradas	07
Sindicâncias Investigativas Instauradas	10
Processos/sindicâncias concluídas	21
Expedientes de Natureza Disciplinar instaurados	08
Pareceres diversos	120
Portarias	47
Notas para publicação em Aditamento Semanal	17

Fonte: COR/SR/DPF/DF

NÚCLEO DE CORREIÇÕES – NUCOR

QUADRO 05 – ESTATÍSTICA NUCOR/SR/DPF/DF

ATIVIDADES/TIPO	QUANTIDADE
Pareceres diversos	149
Correições Parciais – N.º de IPL's correicionados	175
Correições Ordinárias – N.º de IPL's correicionados	357

Fonte: COR/SR/DPF/DF

3.4 - CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

As instâncias de correção desta unidade têm cumprido fielmente as disposições da Portaria nº 1.043/2007-CGU, CGU-PAD, em especial as disposições contidas nos arts. 4º e 5º da referida portaria.

4 - TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os quadros: A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS, A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL, A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ, A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL, A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ, A.4.2. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS, A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE

TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA, A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS, A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE, A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE, A.4.5.2 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”), A.4.6.1.1 – BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS GERIDOS PELA UJ OU BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS ESTIMADOS E QUANTIFICADOS PELA UJ, A.4.6.2.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ, A.4.6.2.2. - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA, A.4.6.2.3 - VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO – 2013-2011, A.4.6.2.4.1 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS, A.4.6.2.4.2 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS, A.4.6.2.5.1 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS, A.4.6.2.5.2 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS, A.4.6.2.6 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ, A.4.6.2.7 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS, A.4.6.2.8 - COMUNICAÇÕES À RFB, A.4.6.2.9 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS, A.4.6.2.11 - AÇÕES DA RFB, A.4.7.1– REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA, A.4.7.2 – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, previstos na Portaria TCU nº 175/2013, não se aplicam à esta UJ.

4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A Execução Orçamentária e Financeira desta SR/DPF/DF, dentro de suas atribuições e como ação administrativa decorrem da definição do orçamento do DPF, a Coordenação de Orçamento e Finanças propõe ao Diretor-Geral, o estabelecimento de Cotas Orçamentárias de Custeio para todas as Unidades Gestoras do DPF, e o Dirigente Máximo as estabelece anualmente para a execução do orçamento. Assim a proposta orçamentária do DPF leva em consideração os limites orçamentários de custeio estabelecidos para cada unidade que compõe a sua estrutura, para as principais naturezas de despesas de custeio, como: Diárias, Material de Consumo, Passagens e Despesas com locomoção, Outros Serviços – Pessoa Física, Locação de Mão-de-obra e Outros Serviços – Pessoa Jurídica, foram:

FIGURA 04 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

PORTARIA Nº 3169/2012-DG/DPF, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012¶

Aprova, no âmbito do DPF, os valores globais para o exercício de 2013 das dotações orçamentárias e fixa limites para o processamento de despesas das unidades gestoras do DPF para os fins que especifica, nas gestões que menciona, e dá outras providências.¶

SUPERINTENDÊNCIA REG. DEP. POLÍCIA FEDERAL – DF¶				
UG¶	PI¶	ND¶	Valor-R\$¶	
200338¶	702T¶	339014¶	DIARIAS – PESSOAL CIVIL¶	250.000,00¶
		339030¶	MATERIAL DE CONSUMO¶	333.398,00¶
		339033¶	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO¶	480.000,00¶
		339036¶	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA¶	5.500,00¶
		339037¶	LOCACAO DE MAO DE OBRA¶	4.598.000,00¶
		339039¶	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA¶	3.310.398,00¶
	SOF05020012¶	339030¶	MATERIAL DE CONSUMO¶	282.602,00¶
		339039¶	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA¶	282.602,00¶
		sub-total – Tesouro¶		9.542.500,00¶
	363F¶	339014¶	DIARIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Operacionais)¶	1.000.000,00¶
	351F¶	339014¶	DIARIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Sigilosas)¶	20.000,00¶
sub-total – Funapol¶		1.020.000,00¶		
Total¶		10.562.500,00¶		

Houve um pequeno acréscimo com relação ao ano de 2012 em virtude do acréscimo de recursos do PI SOF05020012 – Crack.

Outra novidade com relação aos anos anteriores foi a extinção da UG 200339-FUNAPOL, passando toda a execução a ser realizada por meio da UG 200338.

Ressalte-se que em relação às cotas orçamentárias estabelecidas pela Direção-Geral do DPF, a execução foi econômica e eficiente, pois atingimos valores abaixo daqueles disponíveis, demonstrando o compromisso desta unidade com a qualidade do gasto e gestão responsável dos recursos disponibilizados, conforme atestam os valores acima exibidos.

Assim, em razão dessa gestão econômica, foi possível manter os contratos existentes, sobretudo o contrato de recepção a passageiros e tripulantes no Aeroporto Internacional de Brasília, imprescindível para a boa prestação de serviços à população, em razão da crescente demanda, especialmente para os grandes eventos internacionais que acontecerão no Brasil nos próximos anos.

Importante frisar que as alterações de valores contratuais ocorridas durante o ano de 2013, como concessão de reequilíbrio financeiro e repactuações, aumentos de objeto e ainda outras despesas de custeio (taxas, tributos, despesas de exercícios anteriores, indenizações, desp. Intra-orçamentárias, etc.), foram suportados por esta SR/DF, sem que fosse necessário recorrer à Coordenação de Orçamento e Finanças-COF/DLOG/DPF, para liberação de valores extra cotas.

Tal fato pode ser comprovado, pelo volume de créditos orçamentários que não seriam utilizados por esta SR/DF disponibilizados para COF/DLOG/DPF no encerramento do exercício, um montante de cerca de R\$ 1,225 milhão.

Ainda em relação à execução orçamentária é importante destacar algumas informações pontuais:

- **Diárias** – Manteve-se estável em relação ao ano anterior com um ligeiro decréscimo. Os gastos nessa rubrica mantiveram-se altos e bastante acima da cota tendo em vista a Copa das Confederações e também em virtude da SR/DF ter apoiado a Sede durante um período que estava sem contrato de emissão de passagem aérea. Ressalte-se ainda que grande parte dos gastos com diárias aconteceu para envio de policiais para as diversas operações permanentes, o que é efetivado com repasse de créditos por parte da COF/DLOG/DPF
- **Material de Consumo** – Mantendo a linha de decréscimo nessa rubrica, os gastos mantiveram-se praticamente estáveis, com uma redução de aproximadamente 0,84%, devido especialmente à gestão mais austera, com a racionalização de aquisições de material de expediente e consumo por meio de Registro de Preços e controle nos gastos com combustíveis e manutenção da frota de veículos, sem que os serviços fossem prejudicados ou o número de viaturas em boas condições de utilização fosse reduzido. Vale destacar a substituição dos cones de sinalização que se encontravam em situação precária.
- **Despesas de Locomoção e Passagens Aéreas** – Embora tenhamos consumido somente 88,6% da cota estabelecida, houve um acréscimo nessa rubrica em relação ao ano anterior de 97% em virtude de diversos fatores: aumento do custo com passagem aérea, apoio a Sede durante o período que ficou sem contrato de passagem aérea e aumento das viagens internacionais em virtude de expulsões e deportações de estrangeiros.
- **Serviços Pessoa Física** – Para contratação de tais serviços os dispêndios aumentaram 16,4%.
- **Locação de Mão-de-obra** – Houve um acréscimo de 26,33% tendo em vista as repactuações ocorridas no exercício, principalmente no que tange ao contrato de vigilância armada, assim como no ano anterior.
- **Serviços Pessoa Jurídica** – A execução orçamentária para este elemento de despesa foi 1,68% maior em relação a 2012 em virtude do esforço em diminuir custos, principalmente com o contrato de manutenção de veículos, sendo que a SR/DF disponibilizou 14 veículos antieconômicos para o Leilão realizado pela DSG/COAD.

Investimentos:

• Em relação a 2012 houve acréscimo substancial nessa rubrica tendo em vista principalmente gestões junto à COF/DLOG para repasse de crédito para investimentos considerando que não há cota-orçamentária destinada para investimentos o que dificulta sobremaneira o planejamento de aquisições dessa natureza. Além desse fato, houve repasse para empenho de novos Kits para emissão de passaporte e para o controle migratório. A tabela seguir ilustra as aquisições de bens permanentes da SR/DF no ano de 2013:

QUADRO 06 – INVESTIMENTOS SR/DPF/DF

Descrição	Valor Unitário	qtd.	Valor total	Empenho nº
Refrigerador 280l	1.148,99	1	1.148,99	800421
Frigobar	729,70	2	1.459,40	800423
Telefone sem fio	107,90	10	1.079,00	800425
Fogão 5 bocas	830,00	1	830,00	800426
Forno Micro-ondas 30L	497,00	2	994,00	800426
Depurador/Exaustor	292,00	1	292,00	800426
Bebedouro	256,35	3	769,05	800433
Computador	3.325,00	55	182.875,00	800317/800428
Computador	2.920,00	55	160.600,00	800317
Fragmentadora	499,29	10	4.992,90	800434
Motoserra	1.032,99	1	1.032,99	800431
Impressora Multifuncional	1.349,00	3	4.047,00	800446
Quadricópetro	7.535,00	1	7.535,00	800455
TV LED 40' Full HD	1.943,33	4	7.773,32	800456
Notebook	2.139,00	12	25.668,00	800458
Kit entrega de passaporte	3.860,00	5	19.300,00	800473
Kit Emissão de Passaporte	5.421,40	16	86.742,40	800474
Kit Controle Migratório	4.550,00	16	72.800,00	800475
Total			579.939,05	

Viaturas:

A compra de viaturas para todas as unidades do DPF é centralizada na DLOG. Durante o ano de 2013 esta SR/DF recebeu somente 09 unidades, a saber:

- 01 VW Amarok
- 06 Fiat/Grand Siena
- 02 Mitsubishi/Pajero Dakar (com cela)

A frota atual da SR/DPF/DF encontra-se antiga e defasada necessitando de uma renovação, cuja demanda já foi repassada ao órgão central DLOG/DPF.

Seguem abaixo os respectivos quadros demonstrativos das execuções orçamentária e financeira desta SR/DPF/DF:

4.1.1 - Movimentação de créditos interna e externa

QUADRO 07 - A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação*	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	200336	200338	2000 - Administração da unidade			8.268.238,62
Recebidos	200336	200338	2726 – Prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas e a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União			1.409.965,21
Recebidos	200336	200338	7U23 – Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para realização de grandes eventos.			303.709,55
Recebidos	200336	200338	2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.			10.403,44
Recebidos	200336	200338	2012 – Auxílio Alimentação Repressão aos servidores civis, empregados e militares.			2.128,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação*	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	200336	200338	2000 - Administração da unidade	378.428,65		
Recebidos	200336	200338	2586 – Sistema de emissão de passaporte, controle do tráfego internacional e de registros estrangeiros	178.842,40		

* A classificação institucional de todos os créditos recebidos pela UJ é 30108 – Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal.

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 08 - A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012*	2013	2012*
1. Licitação	6.615.750,37	5.646.340,33	6.615.750,37	5.646.340,33
Convite				
Tomada de preços				
Concorrência				
Pregão	6.615.750,37	5.646.340,33	6.615.750,37	5.646.340,33
Concurso				
Consulta				
2. Contratações Diretas	165.343,15	228.297,27	165.343,15	228.297,27
Dispensa	50.217,35	74.713,86	50.217,35	74.713,86
Inexigibilidade	115.125,80	153.583,41	115.125,80	153.583,41
3. Regime de Execução Especial	134.189,99	119.794,41	134.189,99	119.794,41
Suprimento de Fundos	134.189,99	119.794,41	134.189,99	119.794,41
4. Não se aplica	2.101.779,20	2.037.454,11	2.101.779,20	2.037.454,11
Diárias/Inden./Restituições/Taxas etc.	2.101.779,20	2.037.454,11	2.101.779,20	2.037.454,11
Total (1+2+3+4)	9.017.062,71	8.031.886,12	9.017.062,71	8.031.886,12

* Considerando a unificação das UGs 200338 e 200339, para o exercício de 2012 foram somados seus valores.

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3 - Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 09 - A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012*	2013	2012*	2013	2012*	2013	2012*
1. Despesas de Pessoal	30.646,50	33.654,62	30.646,50	33.654,62	-	-	30.646,50	33.654,62
339008 – Outros Benef. Assist. do Servidor e do M.	30.646,50	33.654,62	30.646,50	33.654,62	-	-	30.646,50	33.654,62
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	9.994.444,82	8.740.812,93	8.999.373,81	7.965.801,66	8.988.208,76	775.011,27	995.071,01	7.965.801,66
339014 Diárias - Pessoal Civil	1.943.245,63	1.991.531,64	1.943.245,63	1.991.531,64		-	1.943.245,63	1.991.531,64
339030 Materiais De Consumo	604.483,71	609.557,35	487.745,04	524.235,75	116.738,67	85.321,60	487.745,04	524.235,75
339033 Passagens E Despesas Com Locomoção	425.537,58	215.491,37	358.874,65	157.634,53	66.662,93	57.856,84	358.874,65	157.634,53
339036 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	67.168,50	57.753,00	67.168,50	57.753,00		-	67.168,50	57.753,00
339037 Locações De Mão-De-Obra	4.482.737,22	3.548.571,79	4.106.002,57	3.219.333,73	376.734,65	329.238,06	4.106.002,57	3.219.333,73
339039 Outros Serviços De Terceiros PJ	2.298.808,54	2.260.999,58	1.877.888,64	1.973.443,60	420.919,90	287.555,98	1.866.723,59	1.973.443,60
339047 Obrigações Tributárias E Contributivas	15.894,72	14.395,89	15.894,72	14.395,89	-	-	15.894,72	14.395,89
339092 Despesas De Exercícios Anteriores	14.411,98		14.411,98				14.411,98	
339093 Indenizações e Restituições	77.296,45	17.849,72	77.296,45	17.849,72	-	-	77.296,45	17.849,72
339139 Outros Servi.Terc.-Op. Intra.Orçamentária	28.000,00	24.000,00	13.985,14	8.961,21	14.014,86	15.038,79	13.985,14	8.961,21
339147 Obrigações Trib. e Contrib. – Op. Intraorçamen..	443,69	450,00	443,69	450,00	-	-	443,69	450,00
339192 Despesas De Exercícios Anteriores	5.770,30	212,59	5.770,30	212,59	-	-	5.770,30	212,59
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012*	2013	2012*	2013	2012*	2013	2012*
4. Investimentos	590.562,05	168.093,21	17.688,90	26.713,79	572.873,15	141.379,42	17.688,90	26.713,79
449052 Equipamentos e Material Permanente	590.562,05	162.831,96	17.688,90	21.452,54	572.873,15	141.379,42	17.688,90	21.452,54
449051 Obras e Instalações		5.261,25		5.261,25	-	-		5.261,25
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

* Considerando a unificação das UGs 200338 e 200339, para o exercício de 2012 foram somados seus valores.

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO 10 - A.4.3 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	916.390,69	699.506,36	-199.623,76	17.260,57

4.1.4 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO 11 - A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			99	75.891,87*	40	58.248,31	134.140,18
2012			120	92.865,00	26	36.190,49	129.055,49
2011			35	29.050,00	22	28.493,01	57.543,01

* VALOR BRUTO, SEM DESCONTAR AS DEVOLUÇÕES NO VALOR DE R\$ 3.120,17

4.1.5 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 12 - A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200338	Limite de Utilização da UG	Pequeno Vulto: R\$ 50.000,00 Regime Especial/Regime Especial Sigiloso: R\$ 250.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Marcos Fábio de Souza	357.793.901-00	16.000,00	3.167,04	9.718,52	12.885,56
Marco Giovanni Clemente Conde	110.075.148-33	16.000,00	2.069,32	3.503,27	5.572,59
Regime Especial/Regime Especial – Caráter Sigiloso*	Regime Esp./Reg. Esp. VS*	n/a	70.655,51	45.026,52	115.682,03
Total Utilizado pela UG			75.891,87	58.248,31	134.140,18
Total Utilizado pela UJ			75.891,87	58.248,31	134.140,18

* Informação resguardada por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação do DFF, IN ° 69/2012-DG/DPF e em observância ao §1° do art. 4° da Decisão Normativa TCU N° 108/2010.

Fonte: SIAFI

4.1.6 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 13 -A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos						
TIPO	CPGF*					
Situação	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	20	134.140,18	25	129.055,49	12	57.543,01

- Fonte NEOF/SELOG/SR/DPF/DF

Como citado em item anterior, as despesas com Suprimento de Fundos no Regime Especial de Execução, na UG FUNAPOL, que demonstraram crescimento, decorreram especialmente do incremento das atividades e operações policiais, peculiares ao DPF, conforme previsão do art. 47, do Decreto nº 93.872/86.

5 - GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Os quadros: QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12, QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12, previstos na Portaria TCU nº 175/2013, são informações que não foram disponibilizadas neste relatório de gestão por terem sido consideradas sigilosas por nosso órgão central, conforme Instrução Normativa nº 69 de 14/12/2012, publicada em Boletim de Serviço 242/2012, estarão à disposição dos órgãos de controle mediante solicitação.

Os quadros: QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12, QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007), QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007), QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC, A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007), QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA, QUADRO A.5.2.2 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS, previstos na Portaria TCU nº 175/2013, não estão disponíveis no presente relatório pois o controle e administração dos presentes dados, para esta SR/DPF/DF, são executados e pelo órgão central, DGP/DPF ou não se aplicam à esta UJ.

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 14 - A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	7
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	19
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	13
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	5
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	68
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação(concedida no exercício 2013)	68
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	97

Fonte: SRH/DR/DPF/DF

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO 15 - A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	4	4	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	4	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	25	24	1	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	25	24	1	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-

3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	29	28	1	-
--	-----------	-----------	----------	----------

Fonte: SRH/DR/DPF/DF

5.1.2.2 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 16 - A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	0,3%	0,3%	18,1%	71,11%	1,8%	0,3%	0,3%
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1,2%	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	6,4%	0,5%	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	0,3%	0,3%	18,1%	78,71%	2,3%	0,3%	0,3%

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/DR/DPF/DF

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 17 - A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

VALORES EM R\$ 1,00

Tipologia e Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	39.820.343,18	-	5.042.203,34	1.374.122,73	1.501.051,78	1.157.580,00	-	7.331,56	140.379,24	49.054.842,72
	2012	41.184.312,38	7.485,10	4.844.957,85	1.314.302,90	1.408.813,48	1.011.026,67	2.266,04	12.745,68	239.611,88	50.025.521,98
	2011	40.299.269,98	8.853,51	4.779.101,29	1.352.356,43	1.377.518,58	985.305,61	13.069,31	-	158.963,64	48.974.438,35
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	977.552,62	-	69.450,32	22.437,66	22.725,00	15.793,29	-	-	-	1.107.958,89
	2012	1.057.399,43	-	95.996,76	22.954,75	21.269,31	14.239,00	-	-	3.580,13	1.215.439,38
	2011	1.114.616,64	-	107.048,52	32.206,60	26.255,04	11.742,00	283,58	-	-	1.292.152,38
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	999.568,15	77.022,80	86.850,39	21.439,27	18.926,00	14.723,36	586,48	2.821,35	3.128,55	1.225.066,35
	2012	860.178,30	73.207,61	84.998,36	33.866,39	13.984,00	22.581,80	-	2.647,11	7.945,30	1.099.408,87
	2011	592.857,14	63.483,27	59.660,71	32.398,77	10.032,00	10.308,10	96,74	-	4.050,11	772.886,84
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	3.837.815,23	64.991,42	513.839,16	25.600,28	98.317,59	53.442,65	1.665,66	6.783,36	7.762,58	4.610.217,93
	2012	3.434.719,96	66.032,81	361.100,16	95.311,21	78.875,23	47.994,07	124,44	757,30	13.009,29	4.097.924,47
	2011	4.020.032,78	79.783,07	394.198,31	119.440,19	90.921,76	64.297,20	844,44	-	13.300,85	4.782.818,60

Fonte: SRH/DPF/DF

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 18 - A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	46	10
1.1 Voluntária	44	10
1.2 Compulsória	2	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	5	2
2.1 Voluntária	2	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	3	2
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	51	12

Fonte: SRH/DR/DPF/DF

5.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve no âmbito desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal no exercício de 2013 ocorrências de casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, não há controle específico para verificar esta acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, contudo o monitoramento, acompanhamento e fiscalização estão atribuídos ao Setor de Recursos Humanos-SRH/SR/DPF/DF juntamente com órgão correcional local COR/SR/DPF/DF.

5.1.6 - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Esta Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal não possui indicadores gerenciais para recursos humanos. Neste contexto, em regra, segue-se indicadores parametrizados pela Direção Geral ou Órgãos Centrais.

A Diretoria de Gestão de Pessoal, órgão central responsável por toda política de gestão da área, informa que não há, na Polícia Federal, indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados.

Vem sendo realizadas pesquisas sobre clima organizacional e existe projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências no âmbito da Polícia Federal serão criados os indicadores Gerenciais citados.

A Gestão de Pessoas, nesta SR/DPF/DF é vinculada às decisões relacionadas à Gestão de Pessoas do Órgão Central, cabendo ao Setor de Recursos Humanos a parte de confecção da folha de pagamento e instrução de processos. Não é de nosso conhecimento a existência de mecanismos de controle, gerenciamento e acompanhamento único. Os mecanismos utilizados como indicadores são informações extraídas os Sistema SIAPE e de planilhas confeccionadas

para o controle interno.

5.2 – TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante às disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”

Em atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido acórdão, informa-se que durante o exercício de 2013 foi observado nível mínimo de supervisão dos terceirizados nos serviços de controle migratório, por esta Unidade Jurisdicionada, conforme a proporção indicada pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração – CGPI.

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 19 - A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF													
UG/Gestão: 200338 / 00001						CNPJ: 00.394.494/0024-22							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	SERVEGEL 01.608.603/000 1-33	02/05/11	01/05/14	19	20					P
2010	V	O	04/2010	BRAVA 02.081.574/000 2-48	01/01/10	31/12/14	34	35					P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG, e-log, Gestores de Contratos

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 20 - A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF														
UG/Gestão: 200338 / 00001							CNPJ: 00.394.494/0024-22							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	03	O	03/2010	MA RESENDE 04.387.843/00-01-43	20/01/10	14/08/2013	04	04						P
2013	03	O	10/2013	EDITHAL 11.108.001/00-01-71	15/08/2013	14/08/2014	04	04						A
2009	02	O	15/2009	ENGEPROM 04.762.861/00-01-68	01/06/09	31/12/13	08	08	18	18	01	01		P
2012	01	O	06/2012	WIVVO 08.656.163-0001/39	01/03/12	28/02/15			28	28				P
2012	01	O	07/2012	ADSERTE 08.139.629/00-01-29	02/01/13	01/01/15			20	20				P

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG, e-log, Gestores de Contratos

5.2.3 - Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 21 - A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º trimestre	
1. Nível Superior	25	25	25	25	156.622,59

1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	25	25	25	25	156.622,59
2. Nível Médio	12	12	12	12	43.239,29
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	12	12	12	12	43.239,29
3 Totais (1+2)	37	37	37	37	199.861,88

Fonte: SRH/SR/DPF/DF

6 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

6.1 - GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS OU LOCADOS DE TERCEIROS.

Além da legislação federal que trata da questão dos veículos o DPF publicou a Instrução Normativa nº 03/2009, de 05/03/2009, que disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos do DPF e dá outras providências.

Na atividade policial, é imprescindível a utilização de veículos para se atingir seus fins. Além do atendimento de ocorrências de flagrante, há a necessidade de deslocamento para realização de levantamentos de campo, monitoramento e vigilância policial além de atendimento às requisições de perícia, de varreduras e ocorrências de possíveis artefatos explosivos. Essa multiplicidade de ações exige, também, toda uma gama de diferentes veículos. Há necessidade de viaturas ostensivas, viatura antibomba, viaturas veladas e com placas vinculadas, viaturas específicas de perícia etc.

Vale lembrar que a circunscrição da SR/DPF/DF não se restringe ao Distrito Federal, mas também abrange 33 municípios do estado de Goiás.

Durante o exercício de 2013, foram gastos os seguintes valores com a manutenção da frota:

ND	Discriminação	Valor liquidado
	Combustíveis e lubrificantes	
33903001	automotivos	265.787,87
33903039	Material p/ manutenção de veículos	93.347,49
33903919	Manutenção e cons. de veículos	40.101,83
	Total	399.237,19

Além das despesas acima elencadas vale ressaltar que a SR/DPF/DF possui lava jato próprio cuja mão-de-obra é fornecida via contrato de limpeza e conservação contando com dois postos de lavadores de veículos.

A idade média da frota é de cerca de oito anos o que denota a necessidade urgente de se renová-la. Esse processo de renovação é conduzido pela Diretoria de Adm. e Logística Policial – DLOG em âmbito nacional. No entanto, visando diminuir os veículos considerados antieconômicos ou inservíveis, foram disponibilizados para o Leilão que a DSG/COAD realizou, 14 veículos.

Para efetuar o controle da frota esta SR/DPF/DF dispõe de um módulo de controle de viaturas no sistema SIGEPOL, onde as chefias autorizam a determinado servidor o uso da Viatura a cargo daquele setor. É controlado o horário de saída e entrada da viatura bem como a quilometragem inicial e final.

Para atender à demanda, a SR/DPF/DF conta com 119 veículos, sendo próprios e ainda veículos apreendidos em operações policiais com autorização de uso na atividade policial, sobretudo na Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE.

6.2 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PRÓPRIO OU LOCADOS DE TERCEIROS.

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Não há imóveis locados sob responsabilidade desta UJ, nem tão pouco imóveis funcionais.

QUADRO 22 - A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
	Subtotal Brasil	1	1
EXTERIOR	-	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SELOG/SR/DPF/DF

QUADRO 23 - A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200338	9701 32582.500-0	Adm. Federal Direta	Bom	4.086.324,28	27/12/2012	4.086.324,28	1.798.411,40	545.229,76

Fonte: SELOG/SR/DPF/DF

Obs.:

- 1) O RIP foi desmembrado no ano de 2012. Portanto, o valor histórico está igual ao valor reavaliado.
- 2) As despesas com manutenção referem-se ao contrato de manutenção predial sob a responsabilidade da SR/DPF/DF, mas que atende a todas as unidades do DPF localizadas no SPS.
- 3) Despesas com manutenção do imóvel referem-se ao contrato de manutenção predial que atende a todas as unidades do DPF no SPS.
- 4) Despesas com instalações referem-se ao contrato de limpeza e conservação.
- 5) Não há imóveis funcionais vinculados a esta UJ.

7 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7.1 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Conforme entendimentos da Assessoria de Controle Interno, vinculada à Direção Geral do DPF e da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação o presente item constará do Relatório de Gestão do Órgão Central.

8 - GESTÃO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO 24 - A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis				X	
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<p>As Licitações são realizadas de acordo com, a IN n°. 01/2010 SLTI/MPOG- SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;</p> <p>- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>- Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</p> <p>- Separar os resíduos recicláveis descartados pela Contratante e destinar às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; 24.1.7 - Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.</p>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		X			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Não foi possível ainda mensurar os resultados				

	oriundos da utilização de torneiras automáticas e lâmpadas econômicas
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Papel reciclado A4
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Toners e Cartuchos de impressão
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Avisos e informativos.
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos: A Comissão Permanente de Licitações lida diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, tendo sido o questionário respondido por 01 (um) funcionário lotado no referido setor.</p>	
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

Fonte: SELOG/CPL/SR/DPF/DF

8.2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO 25 - A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Não houve adesão de Programas de Sustentabilidade no exercício de 2013, contudo há projetos em curso para implantação no exercício de 2014..						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2012	2011	2010
Papel(resmas)	2182	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Água	5.502m ³	5.502m ³	6.793m ³	84.110,41	95.083,06	100.324,56
Energia Elétrica	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
			Total	84.110,41	95.083,06	100.324,56

Fonte:SELOG/SR/DPF/DF

Em relação ao consumo de papel, fomos informados pelo SELOG/SR/DPF/DF, que não dispomos de informação precisa, pois nos exercícios de 2011 e 2012 o sistema de almoxarifado era gerido em programa próprio local, Sistema de Material de Consumo-SMC 2012, o qual foi migrado e extinto paulatinamente, e no próprio exercício de 2012, para implantação do sistema central “e-log”, cujo módulo almoxarifado foi implantado em plena capacidade somente em 2013. Tendo sido gastos 2182 resmas, as quais 1/3 perfizeram sua origem em papel reciclado.

Houve notória redução nos gastos de água, tendo em vista principalmente a adoção intensa manutenção da rede hidráulica, aliado ao consumo consciente.

A Energia Elétrica é medida e administrada como um todo no complexo policial pelo órgão central COAD/DLOG, sendo esta SR/DPF/DF, apenas um dos componentes, juntamente com outras unidades do DPF no complexo situado no Setor Policial Sul, quadra 07.

9 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

QUADRO 26 - A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal						001137
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão N°	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
01	TC-027.688/2011-9	491/2013-TCU-2ª Câmara	1.6	DE	Ofício	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal						001137
Descrição da Deliberação						

1.6. Determinações:

1.6.1. determinar à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Distrito Federal que:

1.6.1.1. obtenha junto à empresa Engeprom Engenharia Ltda. o ressarcimento dos valores pagos indevidamente na vigência do Contrato 15/2009, em razão de utilização de planilha de custos e formação de preços, no âmbito do Edital do Pregão Eletrônico 02/2009, em desconformidade com o exigido pela Instrução Normativa MP/SLTI 02/2008, com consequente cômputo indevido, no item "Encargos Sociais", de valores a título de Descanso Semanal Remunerado, inaplicável face ao regime de remuneração dos trabalhadores alocados ao contrato; e, caso não obtenha êxito, instaure a competente tomada de contas especial, objetivando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano;

1.6.1.2. informe, no próximo relatório de gestão, sobre o cumprimento da recomendação expedida no Relatório de Auditoria Anual de Contas 244050, "CONSTATAÇÃO 1.1.2.1", acerca do ressarcimento de remunerações e demais encargos atinentes a servidor federal cedido à Prefeitura Municipal de São Luiz - MA, bem como sobre as medidas adotadas para fins de cumprimento do da determinação constante no item 1.6.1.1. precedente;

1.6.2. dar ciência à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Distrito Federal sobre as seguintes impropriedades verificadas nos autos de prestação de contas do exercício de 2010:

1.6.2.1. inexistência de critérios para a aceitabilidade de preço unitário, ocorrência identificada no Edital do Pregão Eletrônico 02/2009, o que afronta o disposto na Lei 8.666/1993, art. 40, inciso X;

1.6.2.2. estabelecimento de valor fixo na cotação de item licitado, ocorrência identificada no Edital de Pregão Eletrônico 002/2009, o que afronta o disposto na Lei 8.666/1993, art. 3º;

1.6.2.3. ausência de realização de pesquisa de mercado para balizar o valor máximo a ser aceito pela Administração Pública durante a realização de processo licitatório, ocorrência identificada nos autos do processo nº 08280.003042/2009-34, referente Pregão Eletrônico nº 002/2009, o que afronta o disposto na Lei 8.666/1993, art. 43, inciso IV;

1.6.2.4. não utilização de planilha-resumo como instrumento de controle mensal e diário sobre os empregados terceirizados, ocorrência identificada na execução do Contrato 015/2009, o que afronta o disposto no Guia de Fiscalização de Contratos de Terceirização, Anexo IV da IN/MP/SLTI 02/2008; e

1.6.2.5. apresentação de rol de responsáveis em desconformidade com o art. 10 da IN TCU 63/2010, deixando de informar os ocupantes e os respectivos substitutos dos cargos de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior ao do dirigente máximo da unidade.

Providências Adotadas

- 1.6.1.1 - foi efetuada a retirada do item indevido e solicitado o ressarcimento junto à respectiva empresa, através de citação por ofício e GRU, contudo a empresa acionou a Justiça Federal-SJDF/TRF 1ª Região, e conseguir liminarmente a suspensão do pagamento do valor devido.
- 1.6.1.2 – Tendo em vista que a folha de pagamento desta SR/DPF/DF é processada de forma centralizada, junto ao órgão central, o acompanhamento do ressarcimento ficou a cargo da FOPAG/DEOF/COAD/DLOG, que encaminhou os respectivos comprovantes a esta SR/DPF/DF, confirmando a quitação.
- 1.6.2.1 – Erro corrigido, impropriedade não existente nos atuais contratos e certames.
- 1.6.2.2 - Erro corrigido, impropriedade não existente nos atuais contratos e certames.
- 1.6.2.3 - Erro corrigido, impropriedade não existente nos atuais contratos e certames.
- 1.6.2.4 - Erro corrigido, impropriedade não existente nos atuais contratos e certames.
- 1.6.2.5 - Erro corrigido, impropriedade não existente nas atuais informações

Ordem	Processo	Acórdão N°	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-020.633/2010-6	726/2013-TCU-2ª Câmara	1.6	DE/RE	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal					001137
Descrição da Deliberação					

1.6. Determinações:

1.6.1. determinar à Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal/MJ que:

1.6.1.1. passe a exigir as notas fiscais emitidas pelos fornecedores de peças utilizadas em contratos de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos, obrigação que deverá estar consignada no respectivo contrato, de forma a permitir a verificação da compatibilidade entre a qualidade, origem e preço das peças com o previsto no contrato;

1.6.1.2. apresente ao Tribunal, no próximo Relatório de Gestão:

1.6.1.2.1. as medidas e os resultados obtidos em face da recomendação expedida pelo Controle Interno, que orienta que a unidade solicite à empresa contratada as notas fiscais emitidas pelos fornecedores de peças aplicadas nos veículos da frota da Superintendência, de forma a verificar a compatibilidade entre a origem das peças e o seu custo, recolhendo aos cofres públicos os valores correspondentes ao prejuízo encontrado (item 1.1.4.11, constatação 034 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 244050, Contrato 010/2009);

1.6.1.2.2. informações sobre a rotina implementada para fins de cumprimento do determinado no subitem 1.6.1.1. precedente;

1.6.2. dar ciência à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal - DPF/MJ sobre as seguintes impropriedades:

1.6.2.1. apresentação de rol de responsáveis em desconformidade com o art. 10 da Instrução Normativa TCU 57/2008 (norma revogada pela IN TCU 63/2010, que apresenta disposição semelhante em seu art. 10), c/c art. 2º, §4º, da Decisão Normativa 102/2009, deixando de informar os ocupantes e os respectivos substitutos dos cargos de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior ao do dirigente máximo da unidade;

1.6.2.2. ausência, no edital licitatório, de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, ocorrência identificada nos Processos 08280.001604/2008-41 e 8280.001596/2008-33, o que afronta o disposto no art. 40, inciso X, e § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

1.6.2.3. pagamento, sem respaldo legal, em benefício de servidores do órgão, de anuidades a entidades de classes (item 1.1.3.6 do Relatório de Auditoria Anual de Contas do ano de 2009);

1.6.2.4. ausência de comprovação da vantagem em prorrogar a vigência contratual por mais um exercício, ocorrência identificada nos Processos 08280.000335/2009-87, 08280.002758/2008-51, 08280.001589/2008-31, 08280.001596/2008-33, 08280.003611/2007-05 e 08280.034695/2006-30, o que afronta o disposto nos arts. 3º e 57, inciso II, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 30, §2º, da IN SLTI nº 2/2008 e os Acórdãos TCU 827 e 3331/2008, ambos da 2ª Câmara;

1.6.2.5. alteração dos preços praticados em contrato sem comprovação da efetiva majoração dos custos por meio de demonstrativos analíticos e planilha de custos e formação de preços, bem como ausência de critérios de reajuste do valor contratual, ocorrência identificada no Processo 08280.002758/2008-51, o que afronta o disposto no art. 40, inciso XI, da Lei 8666/93;

1.6.2.6. aprovação da prestação de contas na utilização de recursos de suprimento de fundos sem que constassem nos autos todos os documentos necessários à sua instrução, ocorrência identificada nos Processos 08280.006248/2009-33, 08280.006245/2009-08, 08280.006247/2009-99, 08280.016364/2009-61, 08280.000327/2009-31, 08280.006244/2009-55, 08280.000332/2009-43 e 08280.014794/2009-48, o que afronta o disposto na Instrução Normativa STN nº 04, de 30 de agosto de 2004, no Manual Siafi, tópico 021121, e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos 1653/2008 - 1ª Câmara; 3128/2008, 119/2008 e 2194/2009, da 2ª Câmara; 1276/2008 - Plenário;

1.6.2.7. ausência de justificativa do suprido para a solicitação de recursos de suprimento de fundos superiores a R\$ 16.000,00, ocorrência identificada nos Processos 08280.006245/2009-08 e 08280.016364/2009-61, o que afronta o disposto na Instrução Normativa STN nº 04, de 30/8/2004, e no Manual Siafi, tópico 021121;

1.6.2.8. pagamento de diárias de forma continuada, o que afronta o art. 58 da Lei 8.112/90, que estabelece o caráter de eventualidade da diária.

Providências Adotadas

- 1.6.1.1 - foi atendida a presente determinação, estando os atuais contratos com a adoção da sistemática sugerida pelo TCU.

- 1.6.1.2 – A nova rotina baseia-se no contrato vigente através do sistema eletrônico de gerenciamento de frotas, gerenciado pela Ticket Car, com rotinas adequadas e específicas que atendem a presente demanda.

1.6.2 – Os Ordenadores de Despesas e Responsáveis Financeiros tomaram ciência das impropriedades e estão sendo adotadas providências no sentido da não repetição das presentes ocorrências.

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete da Superintendência Regional - GAB/SR/DPF/DF e Setor de Logística e Administração Policial – SELOG/SR/DPF/DF	001137
Síntese da Providência Adotada	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Foram efetuados todos os ajustes e correções necessárias à consecução das determinações e recomendações.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Estão sendo adotadas providências no sentido do monitoramento das atividades, com o intuito da não repetição das presentes impropriedades, que atualmente fazem parte do processos administrativos.	

9.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não constam deliberações pendentes de atendimento.

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

No exercício de 2013 não existiram recomendações específicas emanadas do OCI a esta UJ, tendo sido cumpridas todas as recomendações relativas ao Plano de Providências Permanentes emanado pelo Relatório de Auditoria nº: 201108773, da Controladoria Geral da União, desde o exercício de 2011.

9.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendias (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Informa-se, ainda, que o gerenciamento do recebimento das declarações é feito através de planilha eletrônica, programa MICROSOFT EXCEL. As declarações chegam ao SRH em papel, através do Setor de Protocolo. Após registro são arquivadas nos assentamentos funcionais dos servidores.

Por fim, o SRH informa que as declarações são entregues lacradas, em envelope pardo, não existindo qualquer análise quanto a eventuais incompatibilidades de patrimônio com a renda declarada, diante da preservação do sigilo fiscal.

9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 27 - A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	29	29	29
	Entregaram a DBR	29	29	29
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SRH/SR/DPF/DF

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendias (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Informa-se, ainda, que o gerenciamento do recebimento das declarações é feito através de planilha eletrônica, programa EXCEL. As declarações chegam ao SRH em papel, através do Setor de Protocolo. Após registro são arquivadas nos assentamentos funcionais dos servidores.

Por fim, o SRH informa que as declarações são entregues lacradas, em envelope pardo, não existindo qualquer análise quanto a eventuais incompatibilidades de patrimônio com a renda declarada, diante da preservação do sigilo fiscal.

9.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

A apuração dos casos de dano ao erário estão sob a responsabilidade da unidade correcional desta SR/DPF/DF está a cargo da Corregedoria Regional de Polícia Federal-COR/SR/DPF/DF, não tendo sido apurado nenhum dano ao erário no exercício de 2013.

9.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

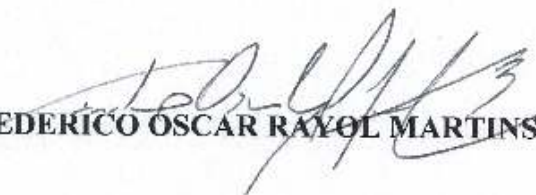
Os dados dos contratos e convênios encontram-se cadastrados nos sistemas SIASG e SICONV, conforme se depreende de Declaração do Gestor, abaixo:

DECLARAÇÃO

FLÁVIA MARIA XAVIER CARTAXO SALGADO, CPF nº. **565.029.311-20**, matrícula DPF nº. **13397**, **Agente Administrativo** e **FREDERICO OSCAR RAYOL MARTINS**, CPF °. **564.804.661-87**, matrícula **13983**, **Agente Administrativo**, exercício no Setor de Logística e Administração Policial-SELOG/SR/DPF/DF, declaram junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília-DF, 17 de março de 2014.


FLÁVIA MARIA X. C. SALGADO


FREDERICO OSCAR RAYOL MARTINS

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Esta UJ tem cumprido e atendido aos ditames da Lei nº 12.527/11, garantindo o acesso público às informações, tendo como canais de acesso o Plantão de Polícia Judiciária, Órgão de Correição e o Gabinete da Superintendência, quer seja por solicitações/comunicações escritas, pessoais, e-mails e/ou por telefone. Não há informações gerenciais consolidadas disponíveis acerca do atendimento às presentes demandas.

11 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Esta Unidade tem tomado providências para implementação dos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial ao que concerne à Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos, seguindo as orientações da Setorial Contábil, aplicadas a cada caso. Cabe salientar que encontramos dificuldades na implementação de algumas rotinas, principalmente face problemas em sistema próprio de controle de bens permanentes, já relatadas às instâncias superiores.

Quanto à aplicação da NBC T 16.9, a UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-

LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBC T 16.10, a UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.10 quanto à avaliação e mensuração dos ativos. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma, exceto uma inconsistência apurada somente no mês de janeiro de 2014, em relação a uma conta:

- 142120800 Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., Labor e Hosp.

Conta não identificada inicialmente, por não ser de uso comum, que gerou inconformidades, tendo em vista a sua não regularidade de ocorrência, especificidade e pequeno valor.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) A UJ não possui Ativo de Investimentos;
- e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e

g) A UJ não possui Ativo Diferido.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

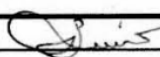
Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

11.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segue a Declaração do Contador da Unidade Gestora.

QUADRO 29 - A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL - SR/DPF/DF			200338
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES 	CRC nº	DF-12534/O-8

12 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

12.1.1 – Atividades operacionais e de polícia judiciária desenvolvidas pela Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR/SRDF e delegacias vinculadas.

Dados de produtividade

Atualmente, na SRDF, há 3099 inquéritos policiais em andamento. Foram instaurados, em 2013, 1668 inquéritos policiais, enquanto foram concluídos e relatados 1344 inquéritos policiais. Este ano, foram indicadas 815 pessoas.

QUADRO 30- RESUMO PRODUTIVIDADE DRCOR

Quadro-resumo*		
ANO	2013	2012
Ações de Polícia Judiciária	Quantidade	Quantidade
Flagrantes	92	143
Veículos apreendidos	54	104
IPL em andamento	3099	3017
IPL instaurados	1668	1589
IPL relatados	1344	1322
Indiciados	815	1048

*Fonte: Siscart.

Operações Policiais

QUADRO 31- OPERAÇÕES DRCOR 2013

Nome da Operação	Deflagração	Unidade	Objetivo	MBA	MPP	MPT	CC	FLAG	SERV	ÁREA	VALORES
BLOQUEIO	22/01/2013	SR/DPF/DF	Fraude em processos junto à JF. Estelionatários se apresentavam como servidores do CNJ.	3		8				DFAZ	
PÍCARO	27/03/2013	SR/DPF/DF	Inibir crime contra o Sistema Financeiro Nacional e de recepção. Os investigados obtiveram empréstimos em instituições bancárias, entre elas, a Caixa Econômica Federal, mediante fraude, consistente na apresentação de documentos falsos e utilização de "laranjas".	13	6	0	0	0	0	DFIN	R\$ 130.234,00
LIBERDADE	15/05/2013	SR/DPF/DF	Combater tráfico Internacional de Pessoas e Trabalho escravo	14	0	0	0	0	0	DDH	
PAMPAS PHARMA	01/08/2013	DRE/SR/DF	REPRIMIR O TRÁFICO INTERESTADUAL DE DROGAS. QUADRILHA QUE CONTAVA COM A PARTICIPAÇÃO DE 02 VEREADORES (LUZIANIA/GO E VALPARAÍSO/GO) E 01 SEC MUN (NOVO GAMA/GO)	16	3	0	0	6	3	CGPRE	
CHAPINHA	04/09/2013	SR/DPF/DF	Reprimir o furto qualificado de valores por meio de uso de "chapinha" em terminais eletrônicos da Caixa Econômica Federal.	1	0	0	1	0	0	SRCC	
ELEMENTAR/MIQUÉIAS	19/09/2013	DELEFIN/SR/DPF/DF	Desarticular duas organizações criminosas com sede na Capital Federal que possuíam alguns membros em comum, sendo uma especializada em lavagem de ativos por meio da movimentação financeira nas contas de empresas de fachada; e a outra especializada em corromper Prefeitos e gestores de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a fim de que eles aplicassem recursos dos aludidos fundos de pensão em investimentos por eles sugeridos, com alta probabilidade de insucesso.	76	5	25	0	0		DFIN	
SACADOR	26/11/2013	SR/DPF/DF	Reprimir o furto qualificado de valores por meio de captação de senha e clonagem de cartões de débito da Caixa Econômica Federal, condutas ilícito-típicas imputáveis a duas quadrilhas investigadas em dois inquéritos policiais.	27	9	2	0	0	0	SRCC	
DESFALCO	06/12/2013	NIP/SR/DF	Desarticular associação criminosa atuante junto ao ICMBio - desvio S público	6	0	3	0	0	2	SRDP	R\$ 713.000,00

a) DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES – DRE

QUADRO 32- ESTATÍSTICAS DRE 2013

Diligências	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Mandado de Busca e Apreensão								16*					
Mandado de Prisão								03*					
IPLs instaurados	05	13	08	03	18	03	11	14	03	10	11	03	
IPLs	01	05	15	15	06	03	02	21	02	04	04	07	

Relatados														
IPLs em andamento														160

*operação PAMPAS/PHARMA, em conjunto com a CORD/PCDF.

Incineração

QUADRO 33- ESTATÍSTICAS DRE - INCINERAÇÃO

DATA	LOCAL	SUBSTÂNCIA	QUANTIDADE (Kg)
11.12.2014	Empresa SERQUIP	Maconha	3.152,84
	Ceilândia/DF	Cocaína	238,55
		Ecstasy	9,87

Material em Depósito pendente de incineração

QUADRO 34- MATERIAL EM DEPÓSITO

IPL	Substância (kg)			Pedido
	Maconha	Cocaína	Outros	
116/2013	-	82,74		Ofício 2046/2013-SR/DPF/DF
207/2013	-	3,52	-	Ofício 2772/2013-SR/DPF/DF
240/2013	-	6,35	-	Ofício 3061/2013-SR/DPF/DF
249/2013	-	0,19	-	Ofício 3098/2013-SR/DPF/DF
259/2013	-	1,94	-	Ofício 3363/2013-SR/DPF/DF
344/2013	-	5,75	-	Ofício 3575/2013-SR/DPF/DF
377/2013	-	0,35	-	Ofício 3801/2013-SR/DPF/DF
379/2013	-	8,44	-	Ofício 3572/2013-SR/DPF/DF
462/2013	-	60,62	-	Ofício 4493/2013-SR/DPF/DF
506/2013	-	7,71	-	Ofício 4718/2013-SR/DPF/DF
681/2013	-	16,62	-	A ser feito pela CORD/PCDF – Op. PAMPAS/PHARMA
720/2013	10,02	-	-	Ofício 6316/2013-SR/DPF/DF

OPERAÇÃO	
NOME	OBJETIVO / RESULTADOS
Operação ARACATI	OBJETIVO: Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno RESULTADO: Encerrada. Resultou em diversas prisões e apreensões.

Operação PAMPAS	<p>OBJETIVO: Repressão ao tráfico de drogas no DF, entorno e outras unidades da federação.</p> <p>RESULTADO: Encerrada. Resultou na deflagração da Op. PAMPAS/PHARMA, com 03 MPP e 16 MBA.</p>
Operação GLÓRIA	<p>OBJETIVO: Repressão ao tráfico de drogas no DF, MS, PR e MT.</p> <p>RESULTADO: Encerrada. Resultou em diversas prisões e apreensões. Deverá servir à abertura de nova operação.</p>
Operação FANTASMA	<p>OBJETIVO: Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno</p> <p>RESULTADO: Em andamento. Vem resultando em diversas prisões e apreensões no DF e em outras unidades.</p>

b) DELEGACIA DE REPREÇÃO AS CRIME FINANCEIROS – DELEFIN

QUADRO 35- ESTATÍSTICA DELEFIN 2013

DILIGÊNCIAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Mandado de Busca e Apreensão									76				
IPL's instaurados	64	54	34	3	30	12	28	23	6	25	17	13	309
IPL's relatados	14	7	10	5	4	1	5	2	2	17	22	20	109
IPL's em andamento													519

Obs.: 1) Dados extraídos do SISCART;

2) Os dados relativos ao quantitativo mensal de IPL's em andamento não se encontram disponíveis no SISCART, que apenas informa um número fixo de 519 IPL's em andamento durante todo o ano de 2013.

OPERAÇÕES – 2013	
NOME	OBJETIVO / RESULTADOS
MIQUÉIAS	Desarticular 02 organizações criminosas, sendo uma especializada em corromper prefeitos e gestores das RPPS, a fim de realizarem aplicações temerárias com os recursos dos fundos, bem como uma organização criminosa especializada em lavagem de dinheiro.

c) Núcleo de Cartório – NUCART/DRCOR/SR/DPF/DF

QUADRO 36- ESTATÍSTICA NUCART 2013

Informações SISCART	Total em 2013
Autos de Apreensão lavrados	649
IPLs instaurados	1.668
IPLs relatados	1.344

<i>IPLs em andamento</i>	<i>3.099</i>
<i>Termos de Declaração</i>	<i>3.021</i>
<i>Termos de Depoimento</i>	<i>788</i>
<i>Indiciamentos</i>	<i>815</i>
<i>Intimações expedidas</i>	<i>7.113*</i>
<i>Autos de prisão em flagrante</i>	<i>92</i>

* Considerado na pesquisa apenas o módulo "Mandado de Intimação" do SISCART

**d) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMONIO - DELEPAT
INQUÉRITOS POLICIAIS (01/01/2012 a 18/12/2012):**

Atividades em 2013:

- Prisão Preventiva: 03
- Representação Interceptação Telefônica: 01
- Informações produzidas: 116

e) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO HISTÓRICO – DELEMAPH

Atividades em 2013:

QUADRO 37- ESTATÍSTICA DELEMAPH 2013

Diligências	jan	fev	Mar	abr	mai	jun	jul	Ago	set	out	nov	dez	total
OMP	29	18	06	24	06	01	--	11	09	12	09	--	125
RMP	29	18	06	24	06	01	--	11	09	12	08	--	124

Ademais, foram realizadas 23 oitivas, instaurados 22 IPLs, elaborados 02 relatórios preliminares, 02 relatórios finais de IPLs relativos a crimes ambientais e levantamentos visando subsidiar manifestação relativa ao Programa Carbono Neutro da PF.

12.1.2 – Atividades operacionais e de polícia administrativa desenvolvidas pela Delegacia Regional de Executiva - DREX/SR/DPF/DF e delegacias vinculadas.

a) Núcleo de Operações – NO/DREX/SR/DPF/DF

- MP cumpridos - 49
- Coercitivas - 42
- Escoltas - 30
- NSD - 22
- Operações - 12
- Atividades de Pronto Emprego - 131

b) Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ

QUADRO 38 - ESTATÍSTICAS DELEAQ/DREX/SR/DPF/DF - 2013

2013	Portes Deferidos	Portes indeferidos*	Registros emitidos	Cadastramento de armas	Armas Apreendidas	Armas furtadas	Armas recuperadas	Armas Apostiladas no exército	Armas encaminhadas ao SFPC**	Armas transferidas	Autorizações de Compra	Guia de Trânsito	Campanha do desarmamento ***
Janeiro	3	7	2920	288	441	16	1	9	**	38	21	52	184
Fevereiro	2	8	1092	10	154	11	0	15	**	19	11	27	0
Março	1	6	1651	2	119	13	6	19	**	40	13	43	0
Abril	8	9	2942	14	174	14	4	14	**	50	2	56	4480
Maiο	0	7	1051	8	126	22	2	7	**	73	9	53	14
Junho	0	11	1332	7	134	22	4	14	**	57	13	59	4759
Julho	0	11	1391	7	277	40	1	200	**	33	66	71	789
Agosto	3	10	2411	8	98	21	4	27	**	11	39	69	956
Setembro	1	9	2564	4	89	17	2	18	**	19	20	80	5
Outubro	27	6	8468	15	95	17	4	20	**	26	28	76	4
Novembro	2	12	1517	14	191	23	1	8	**	23	22	52	1
Dezembro	6	8	544	5	213	15	2	7	**	39	79	59	0
TOTAL	53	104	27.883	382	2.111	231	31	358	419	428	313	697	11.192

* **PORTES INDEFERIDOS:** Não há precisão nestes dados, pois algumas vezes o processo fica pendente de saneamento de alguma irregularidade que o interessado não conclui;

****ARMAS ENCAMINHADAS AO SFPC:** Por solicitação do próprio SFPC, devemos encaminhar lotes de 500 armas, o que não se completou no ano de 2013. 419 armas e 5436 munições recebidas em 2013;

*** **CAMPANHA DO DESARMAMENTO:** Os lançamentos dos recebimentos de armas da Campanha do Desarmamento de todo o Brasil são feitos em Brasília, e, opcionalmente escolhem a

c) Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG/DREX/SR/DPF/DF

QUADRO 39 - ESTATÍSTICAS DELEMIG/DREX/SR/DPF/DF - 2013

	Prisão Preventiva	Prisão Temporária	MBA	Prisão em Flagrante	Apreensões	Emissão de Carteiras de Estrang	Deportações	Expulsões	Repatriações	Extradicações	Passaportes Expedidos	Embarques Int.	Desembarques Int.	Conexão	Soma	Desembarque condicional	Translado de cadáveres
jan/2013	0	0	0	2	0		2		1	0	5.812	23.303	21.092	1.964	46.359	0	1
fev/2013	2	0	0	0	1		1		0	0	5.636	16.848	17.688	1.870	36.406	0	2
mar/2013	0	0	0	5	1		1		0	0	6.918	20.511	16.776	1.254	38.541	0	1
abr/2013	1	0	0	1	0		2		1	0	6.968	20.687	15.955	1.141	37.783	0	0
mai/2013	0	0	0	1	1		3		0	0	6.440	22.776	20.119	1.045	43.940	0	0
jun/2013	0	0	0	0	0		0		0	0	5.189	20.617	19.994	1.026	41.637	0	1
jul/2013	0	0	0	1	1		1		0	0	7.299	25.045	21.898	1.422	48.365	0	0
ago/2013	0	0	0	0	0		0		0	0	6.776	26.546	21.406	1.364	49.316	0	0
set/2013	0	0	0	0	0		1		1	0	6.706	23.253	19.072	1.585	43.910	0	0
out/2013	0	0	0	0	0		0		1	0	7.231	22.838	21.340	1.593	45.771	0	0
nov/2013	0	0	0	0	0		1		2	0	8.227	20.774	19.566	1.599	41.939	0	1
dez/2013	0	0	0	0	0		0		0	0	6.697	26.239	20.985	1.605	48.829	0	0
TOTAL	3	0	0	10	4	0	12	0	6	0	79.899	269.437	235.891	17.468	522.796	0	6

O trabalho de polícia judiciária desenvolvido pela Delegacia de Imigração realizou uma série de prisões e apreensões de substâncias entorpecentes no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, como pode ser observado.

O Aeroporto Internacional de Brasília figurou como o 4º aeroporto com maior movimento de passageiros, totalizando cerca de 16.610.000 (dezesseis milhões, seiscentos e dez mil) passageiros, tendo ficado em primeiro, segundo e terceiro lugares, os Aeroportos de Guarulhos, Galeão e Congonhas, localizados no Estado de São Paulo, respectivamente:

ATIVIDADES BÁSICAS DESENVOLVIDAS PELA DELEMIG/SR/DPF/DF – 2013

- Supervisão e execução de procedimentos de segurança em áreas restritas e áreas de embarque do aeroporto
- Ações de monitoramento, detecção e apreensão de substâncias ilícitas transportadas em vôos que se originam ou se destinam a este aeroporto, notadamente entorpecentes e/ou seus derivados, bem como materiais explosivos ou corrosivos que apresentem risco à segurança da aviação civil e da população.
- Detenção de indivíduos procurados pela Justiça e/ou em flagrante delito, bem como averiguação junto a indivíduos em conduta suspeita nas dependências do aeroporto, e adoção de providências pertinentes.
- Controle de embarque de passageiros portadores de armas de fogo, e fornecimento de orientações acerca

dos procedimentos para desmuniamento das armas.

- Controle de credenciamento e de acesso às áreas restritas do aeroporto
- Inspeção e acompanhamento do lacre de urnas funerárias a serem transportadas em vôos que partem desse aeroporto
- Ações de contenção de tumultos e manutenção da ordem em áreas comuns, áreas restritas e/ou no interior das aeronaves.
- Acompanhar embarque/desembarque de detentos que passam por este aeroporto
- Atendimento a vôos internacionais (chegadas e partidas) de caráter oficial na Base Aérea de Brasília, cuja frequência também vem se elevando ao longo dos últimos anos.
- Atendimento a vôos internacionais (chegadas e partidas) por meio de aeronaves particulares e/ou de pequeno porte no “Terminal dois” do aeroporto, cuja frequência também vem se elevando ao longo dos últimos anos, atualmente descoberto por absoluta falta de efetivo.
- Acompanhamento de operações de embarque de valores provenientes do Banco Central nos hangares do aeroporto
- Apoio a outras unidades funcionais dessa descentralizada, em termos de fornecimento de informações, credenciamento de acesso e/ou participação em ações conjuntas.
- Atendimento ao público em geral, entre outras atribuições e atuações comuns no ambiente aeroportuário.
- Repatriações e expulsões de estrangeiros

d) Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP/DREX/SR/DPF/DF

QUADRO 40 - ESTATÍSTICAS DELESP/DREX/SR/DPF/DF 2013

ATIVIDADES	QUANTIDADE
CERTIFICADOS EMITIDOS FORMAÇÃO	9622
REG DE CURSOS DE RECICLAGEM	16372
EXTENSÃO	2358
CARTEIRA NACIONAL DE VIGILANTE	1117
ATENDIMENTO AO PÚBLICO	3864
ATENDIMENTO TELEFÔNICO/NO	7432
REGISTROS DE 2ª VIA	144

DECLARAÇÕES DE ACADEMIAS EXTINTAS	34
PENDENCIA JUDICIAIS	1769
VISTORIA EM INST BANCÁRIAS	670
VISTORIA EM EMPRESAS ESPECIALIZADAS	139
EMISSÃO DE PORTARIAS BANCÁRIAS	658
OFÍCIOS EMITIDOS (N IPL)	30
MEMORANDOS EMITIDOS (N IPL)	46
PARECERES DE ENCERRAMENTO	14
NOTIFICAÇÕES	632
AUTOS DE CONSTATAÇÃO DE INFRAÇÃO	76
PROCESSO REGISTRO DE AQUISIÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES	230
EXPEDIÇÃO CERTIFICADOS DE SEGURANÇA	81
PROCESSOS DE SOLICITAÇÃO DE ARMAS	399
PROCESSOS DE CADASTRAMENTO	0
INFORMAÇÕES PARA MANDADOS DE SEGURANÇA	46
GUIAS DE TRANSPORTE DE ARMAS E MUNIÇÕES	289
CERTIFICADOS DE VISTORIA	128
OUTROS PROCEDIMENTOS ADM	42
CRENDENCIAMENTO DE INSTRUTOR	134

Operações:

- COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA EFETUAR O CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA NA COPA DAS CONFEDERAÇÕES

Durante o período da Copa das Confederações em 2013, foram executadas fiscalizações no Estádio Nacional Mané Garrincha, hotéis das delegações e organização, e demais locais ligados ao evento.

Foram detectados alguns serviços clandestinos de segurança privada, executados pelos hotéis, e no canteiro de obras no Estádio.

Foram identificados biometricamente aproximadamente 1.000 vigilantes.

Também foram identificadas irregularidades executadas pela empresa ONLINE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, contratada para segurança do estádio durante o jogo BRASIL x JAPÃO, o que gerou lavratura de 5 autos de infração.

A operação também serviu com preparação para as atividades de segurança privada durante o evento COPA DO MUNDO DO BRASIL EM 2014.

e) Núcleo de Segurança de Dignitários – NSD/DREX/SR/DPF/DF

Autoridades atendidas no exercício de 2013:

JANEIRO

- 1ª Dama Suriname Sra. INGRID WALDRING
- MRE DA REP. GUINÉ EQUATORIAL Senhor AGAPITO MBA MOKUY
- Presidente Conselho Europeu Sr. HERMAN VON ROMPUY
- Presidente Comissão Europeia Sr. JOSÉ MANUEL DURÃO
- ISRAEL - Embaixador Sr. RAFAEL ELDAD
- EUA - Embaixador Sr. THOMAS SHANNON
- Secretário Geral da FIFA, Sr. JÉRÔME VALCKER

FEVEREIRO

- 1º DAMA DE EL SALVADOR
- MRE DE SRI LANKA
- REUNIÃO EQUIPE AVANÇADA DO VICE-PR RUSSIA
- MRE SURINAME
- VICE-PRESIDENTE DO ZIMBABUE
- PRESIDENTE FEDERAÇÃO RUSSA
- MINISTRO PETROLEO LÍBIA

MARÇO

- MRE DO EQUADOR
- PRESIDENTE DO BANCO MUNDIAL
- SUBSECRETÁRIA-GERAL DA ONU
- JUIZ FEDERAL MS
- PRIMEIRO-MINISTRO DA NOVA ZELÂNDIA
- MRE DE LUXEMBURGO
- MRE DE SENEGAL
- VICE-PRIMEIRO MINISTRO DA BÉLGICA E ESPOSA

ABRIL

- MRE DA GEORGIA
- VICE-PRIMEIRO MINISTRO DE LUXEMBURGO
- 1º DAMA DE HONDURAS
- MRE DA CINGAPURA
- VICE-PRESIDENTE CONS. DE MINISTROS DE CUBA
- MRE VENEZUELA

- MRE BURUNDI
- MRE GUATEMALA
- EMBAIXADORA – EUA/ONU
- VICE-PRIMEIRO-MINISTRO LÍBIA
- PRESIDENTE MACEDÔNIA
- PR ASSEMBLÉIA GERAL ONU
- MRE PRINCIPADO ANDORRA
- DELEGAÇÃO DEPUTADOS USA

MAIO

- PRESIDENTE DO EGITO
- PATRIARCA IGJEJA MORONITA
- MRE CUBA
- MRE PERU
- DIRETOR EXECUTIVO ONU
- PR VENEZUELA
- MRE CAMARÕES
- SECRETÁRIO GERAL FIFA
- MRE MÉXICO
- 1º MINISTRO HAITI
- MRE PORTUGAL
- VICE-PRESIDENTE EUA

JUNHO

- JUIZ FEDERAL ODILON DE OLIVEIRA
- MRE JAMAICA
- MRE SUDÃO

JULHO

- JUIZ FEDERAL ODILON DE OLIVEIRA
- MINISTRO MEIO AMBIENTE SUIÇA
- MRE URUGUAI
- MRE PERU
- MRE GANA
- MRE ÁFRICA DO SUL
- MRE GUINÉ

AGOSTO

- SECRETÁRIO DE ESTADO EUA
- MRE COSTA RICA
- MRE NIGER

SETEMBRO

- MRE JAPÃO
- MRE BARBADOS
- MRE MARROCOS
- MRE PARAGUAI
- VPR PARAGUAI

OUTUBRO

- MRE CAZAQUISTÃO

- VPR ARGENTINA
- MRE INDIA

NOVEMBRO

- MRE Costa Rica
- PR Uruguai
- Corte Interamericana de Direitos Humanos
- MRE Argentina
- Vice PR Nigéria
- MRE Uruguai

DEZEMBRO

- MRE Paraguai
- Vice PR Colômbia
- PR França/ 1ª Dama

12.1.3 – Atividades operacionais de outras unidades da SR/DPF/DF.

a) Setor Técnico Científico – SETEC/SR/DPF/DF

QUADRO 41 - ESTATÍSTICAS E TIPOS DE LAUDOS SETEC/SR/DPF/DF 2012/2013

ATIVIDADES			
TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES	
		2013	2012
TÉCNICO- ADMINISTRATIVA E CIENTÍFICA	Informações Técnicas	162	153
	Laudos	1024	1450
	TOTAL	1186	1603
POLICIAL	Chamada por suspeita de artefato explosivo	16	04
	Varredura	54	56
	TOTAL	70	60

TIPOS DE LAUDO – SETEC/SR/DPF/DF	QUANTIDADE	
	2013	2012
Contábil Econômico Financeiro	126	74
Arma e Balística	28	40
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	340	432
Merceológico	55	67
Química Forense	38	77
Medicina e Odontologia Forense	2	00

Engenharia	6	05
Aparelhos eletroeletrônicos	29	60
Local	66	103
Material de Informática	182	409
Material audiovisual	20	40
Constatação de Dano ambiental	82	64
Material (veículos)	49	70
Artefatos Explosivos	01	-
TOTAL	1024	1441

b) Núcleo de Inteligência – NIP/SR/DPF/DF

Compete ao Núcleo de Inteligência Policial da Superintendência Regional do Distrito Federal, executar as atividades de inteligência em assuntos de interesse da SR/DPF/DF, apoiando as solicitações das demais delegacias, bem como, compilar, controlar e analisar dados, submetendo-os à apreciação do Superintendente Regional para deliberação.

Inúmeras pesquisas são realizadas semanalmente em apoio às demais delegacias, em virtude dos acessos a bases de dados de inteligência de que dispõe o setor. Também são realizados inúmeros atendimentos de localização de nacionais a pedido de Varas estaduais, federais e do TJDF, em processo de cunho cível e criminal.

Seguem alguns dados de cunho administrativo e policial em 2013:

QUADRO 42 - ESTATÍSTICAS NIP 2013

TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
ADMINISTRATIVA	Pedidos de Inteligência	63
	Informações Policiais	39
	Relatórios de Inteligência	61
	Pedidos de Senhas	538
POLICIAL	Operações em Andamento	07

c) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/SR/DPF/DF

Dentre as atividades que são executadas constantemente pelo pessoal lotado neste Núcleo, podemos citar as seguintes:

- a) Administração e manutenção da rede lógica;
- b) Administração e manutenção da rede de telefonia;
- c) Manutenção de primeiro nível de equipamentos computacionais;
- d) Administração da Central Telefônica;
- e) Instalação e atualização de software;
- f) Apoio e orientação no uso de equipamentos diversos;
- g) Fiscalização de Contratos Relacionados a TI (contrato de técnicos, contrato com operadoras de telefonia fixa e móvel, contrato de manutenção de servidores de rede, microcomputadores, impressoras e switches);
- h) Elaboração de termos de referência e especificações técnicas para compra de equipamentos de TI e contratação de serviços de impressão;

- i) Auxílio no controle dos bens de informática existentes na Superintendência;
- j) Administração do ambiente de Intranet;
- k) Cadastramento dos usuários da Superintendência que precisam utilizar os sistemas corporativos do CGTI;
- l) Atualização do Sistema REF para coleta de ponto de frequência dos servidores;
- m) Monitoramento e manutenção das máquinas de ponto eletrônico de frequência;
- n) Acionamento e acompanhamento de serviços de manutenção nas impressoras;
- o) Monitoramento dos Servidores de Rede de Computadores desta Descentralizada.
- p) Apoio às interceptações telemáticas para investigação.

PROJETOS REALIZADOS

Durante o ano de 2013 foram desenvolvidos diversos projetos com o objetivo de melhor atender esta Superintendência. Dentre estes temos:

- a) Apoio na área de telecomunicação às equipes policiais;
- b) Apoio à mudança e instalação de computadores com a finalização das obras da SRDF;
- c) Participação em programas de apoio aos estudantes concedendo estágio neste NTI conforme contrato estabelecido por esta Descentralizada e o CIEE;
- d) Backup de dados do servidor de arquivos realizado com apoio da CGTI.
- e) Fiscalização do contrato de telefonia da SRDF.
- f) Gerenciamento das atualizações do sistema SIGEPOL.
- g) Migração do domínio do Aeroporto para o domínio centralizado da PF.
- h) Apoio à criação da Delegacia de Aeroporto Internacional (DEAIN).
- i) Movimentação e reinstalação dos ativos de rede e servidores para o novo endereço da DELEMIG/DEAIN no prédio da Engenharia da Inframérica.
- j) Migração do servidor de banco de dados do SIGEPOL para o ambiente controlado da CGTI.
- k) Apoio técnico e logístico em TI e telecomunicações no evento da Copa das Confederações FIFA 2013.

PROJETOS EM ANDAMENTO

Além dos projetos já concluídos, alguns foram iniciados, mas ainda estão em curso, tal como: (pesquisa, reformulação da rede de computadores do aeroporto)

- a) Reformulação da rede de computadores da DELEMIG localizada no Aeroporto Internacional de Brasília;
- b) Apoio a Comissão Levantamento de Materiais Permanente e Desfazimento de Bens, sendo o primeiro setor receber a Comissão;
- c) Estruturação do NUTEL para a participação em missões policiais prestando apoio no serviço de telecomunicação;

EQUIPAMENTOS EXISTENTES NA SR/DPF/DF

Descrição	Quantidade
Microcomputadores Desktop	267
Impressoras do acervo da SR	30
Impressoras do contrato	60
Notebooks	86
Switches de médio e pequeno porte	24
Central telefônicas	1

d) Setor de Comunicação Social – SCS/GAB/SR/DPF/DF

No ano de 2013, o Serviço de Comunicação Social da SR/DPF/DF prosseguiu nas suas atividades de rotina, relacionadas ao atendimento de demandas da imprensa local e nacional; à divulgação de releases para os veículos de comunicação, à atuação em atividades de cerimonial e protocolo, e ao gerenciamento da intranet da Regional e a outras atividades de comunicação interna, sendo que merecem destaque neste relatório anual de 2013 os seguintes pontos:

- Foram postadas no portal da intranet da SR/DPF/DF, até 26/12/2013, 293 notícias;
- Foram postados no portal da intranet da SR/DPF/DF, até 26/12/2013, 56 arquivos relativos a AS e Suplemento de aditamentos semanais;
- Foram publicadas no portal da intranet 12 escalas de plantão e de sobreaviso;
- Foram incluídos 6 formulários no link do SRH da intranet;
- Foi incluído na intranet o link Lista de Chefia, contendo nome dos chefes da Regional e seus ramais;
- Foi atualizado o link Localização na intranet, com a inclusão de dados sobre a Delemig e postos de emissão de passaporte no DF;
- Foi alterado o link sobre a circunscrição da SR/DPF/DF, substituindo-se o conteúdo anterior por tabela relacionando as cidades da circunscrição com os respectivos órgãos do MPF e juízos federais;
- Atuação perante a imprensa na Operação Miquéias, nas prisões dos réus do Caso Mensalão e na maior incineração de drogas realizada pela SR/DPF/DF;
- Início dos trabalhos para atualizar os dados (fotos e informações pessoais) dos servidores e colaboradores da SR/DF;

A SCS/SR/DPF/DF ainda prestou apoio à realização: a) da Semana Comemorativa ao Dia do Servidor Público e ao Dia do Policial Federal; b) do ato de entrega de cestas de Natal para colaboradores da Regional; c) da Oficina de caixas para Natal.

No quesito recursos humanos, há de ser destacado que a atual administração da SR/DPF/DF, sensível à importância da CS, durante o ano de 2013, trouxe diversos colegas em missão para atuação da CS/SR/DPF/DF, dos quais se destaca o APF Wagner. Foram lotados ainda na unidade a DPF Lorena, posteriormente, a DPF Cristina e, por fim, o ADM Iran, possibilitando, assim, que a unidade conte atualmente com 2 servidores para fazer frente às atribuições do Setor de Comunicação Social; e do plano de metas traçado para 2014.

e) T&d – Treinamento e Capacitação – Ações de Capacitação

QUADRO 43 - AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS NA UNIDADE EM 2013

CURSO	ÁREA DE ATUAÇÃO (Fim / Apoio Admin)	Nº SERVIDORES BENEFICIADOS	PERÍODO	VALOR TOTAL
Curso de chaveiro	Apoio administrativo	02	Agosto/ setembro	2.400,00
Obtenção de CNH D	Fim / Apoio administrativo	02	2º semestre	800,00
27º CICLO SENASP *	Fim / apoio administrativo	140	jan. a maio	-----
28º CICLO SENASP*	Fim / apoio administrativo	87	Maio a setembro	-----
29º CICLO SENASP*	Fim / apoio administrativo	03	Setembro a dezembro	-----
Operador de Taser**	Fim	04	08 março	-----
SISCART***	Apoio administrativo	08	31/01	-----
Instrução de Tiro***	Apoio administrativo	11	10/04	-----
Fundamentos da Inteligência I2***	Fim	06	11 a 15 março	-----

*Cursos realizados pela Senasp/ANP e custeados, no âmbito do DPF, pela ANP.

** Este curso foi custeado pela Academia Nacional de Polícia – ANP.

**** Estes cursos não geraram custos, contamos com instrutores voluntários.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/DF atuou no exercício de 2013, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada pelos programas de governo.

Hellan Wesley Almeida Soares
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional em exercício
SR/DPF/DF